

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG**DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026		A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço comum de engenharia de hora-máquina com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações), em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.			
Valor estimado			
R\$ 1.372.282,50 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).			
Número da compra	Forma de Adjudicação	Exclusividade para ME/EPP	Reserva de cotas para ME/EPP
90051/2026	Global	Não	Não
Modo de disputa	Critério de julgamento	Registro de preços	Vistoria/visita técnica
Aberto-Fechado	Menor preço	Não	Sim
Amostra/Demonstração	Dedicação exclusiva de mão de obra	Garantia de execução	Instrumento contratual
Não	Não	Sim	Termo de Contrato
Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
Pedidos de esclarecimentos ou impugnações			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: licitacao@dmae.mg.gov.br			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/			

EDITAL DE LICITAÇÃO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE UBERLÂNDIA-MG

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

(Processo Administrativo nº 208/2026)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO GLOBAL”

PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviço comum de engenharia de hora-máquina com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações), em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

1.2. O valor global estimado é de R\$ 1.372.282,50 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme Requisições nº 784, 786, 788 e 789/2026.

2. DOS ITENS/GRUPOS E DA EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

2.1. A licitação será realizada em único item.

2.2. A licitação é destinada à ampla concorrência.

3. PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA

3.1. A descrição detalhada do(s) item(ns) (Termo de Referência – Anexo) deve ser analisada cuidadosamente pelas Licitantes interessadas em participar desta Licitação, pois que, em caso de divergência com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br> prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no primeiro item deste capítulo e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

4.6.1. Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

4.7. Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

4.8. Não poderão disputar esta licitação:

4.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.8.4.1. entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

4.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.8.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.9. O impedimento de que trata o item 4.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2 e 4.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.12. O disposto nos itens 4.8.2 e 4.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei Federal nº 14.133/2021](#).

4.14. A vedação de que trata o item 4.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.5. Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.10.2. percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item anterior possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário, etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

6.1.1.1. A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$XX,XX).

6.1.2. Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

6.1.3. Modelo/versão (se aplicável);

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.12. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.13. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.14. Em se tratando de proposta apresentada por pessoa física, o fornecedor deverá acrescentar 20% sobre o valor da proposta, a título de contribuição patronal à Seguridade Social.

6.15. O valor será descontado da proposta final e recolhido diretamente pela Administração ao INSS.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no aviso/extrato do edital da licitação.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 7.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.)."
- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.7. Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.
- 7.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.9. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 1% (um por cento).
- 7.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.12. O modo de disputa adotado será o **“aberto-fechado”**.
- 7.13. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto Federal nº 8.538, de 2015](#).

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

- 7.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.
- 7.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;

8.1.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei Federal nº 8.429, de 1992](#).

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de desconconsideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.

8.6. Caso a verba utilizada para a contratação seja integral ou parcialmente proveniente de transferências da União, será observada a margem de preferência prevista na Resolução SEGES/MGI/CICS nº 1, de 02 de julho de 2024 caso o objeto se enquadre nas tabelas 1 e 2 do Anexo I da referida Resolução.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.

8.8.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.3.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

- 8.9.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.9.6.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.9.6.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.9.6.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.9.7. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de
- 8.9.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 8.9.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 8.9.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 8.9.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.9.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.9.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.9.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.9.9.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.9.9.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.9.9.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

8.9.9.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

8.15. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.16. É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.20. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.21. Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Secretaria a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

8.22. Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio da Prefeitura de Uberlândia, autuada no processo.

8.23. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observadas as condições específicas definidas no Termo de Referência.

- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021](#)).
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. **Caso tenham sido definidas regras de vistoria prévia no Termo de Referência**, as condições para tanto deverão ser integralmente observadas nas cláusulas do TR, incluindo-se, aí, a disposição do agendamento prévio, de modo que seu procedimento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei Federal nº 14.133/2021, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015](#)).

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

1.1.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.4.1. Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.uberlandia.mg.gov.br.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas e caracterizadas como infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV alterações, Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

11.2. Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.3. A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

11.4. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.5. A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.6. As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo.

11.7. Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, nos termos do Decreto Municipal nº 18.389 de 09 de dezembro de 2019 e suas alterações.

12. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

12.1. As rotinas de fiscalização e gestão estarão previstas no Termo de Referência e na minuta de contrato.

13. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

13.2. A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

13.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

13.2.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei Federal nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@dmae.mg.gov.br.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e www.uberlandia.mg.gov.br.

15.11. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

15.12. Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retorna com mensagem de erro.

15.13. A empresa deverá incluir o domínio @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

15.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO 01 - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO 02 - Termo de Referência

Apêndice I – Termo de Ciência e Concordância

ANEXO 03 - Estimativa da Composição de Custos

ANEXO 04 - Relatório de Pesquisa de Preços

ANEXO 05 - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO 06 - Minuta de Termo de Contrato

Uberlândia, data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 1. EDITAL PE 051.2026 - MÁQUINAS COM OPERADOR.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 13:47:31

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 14:01:50



20261345723PA/PAG

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Locação de Máquinas com Operador para Conservação de Solo e Readequação de Estradas Rurais

Programa Buriti – DMAE/Uberlândia

SUMÁRIO

1. Problema a ser Resolvido e Solução Através da Aquisição	2
2. Previsão no Plano de Contratações Anual	2
3. Requisitos da Contratação	3
3.1. Normas Aplicáveis	3
3.2. Recomendações Técnicas dos Serviços	4
3.2.1. Terraceamento	4
3.2.2. Barraginhas – Barragem de Contenção de Água Pluvial	4
3.2.3. Readequação de Estradas	4
3.3. Obrigações e Condições de Execução	5
4. Quantidades	6
5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução	9
5.1. Caminhão Pipa	9
5.2. Pá Carregadeira	10
5.3. Rolo Compactador	10
5.4. Motoniveladora	10
5.5. Modalidades de Contratação	10
5.6. Justificativa da forma de medição	10
5.7. Conclusão da Análise	11
6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento	11
7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica	11
8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta	12
9. Contratações Correlatas ou Interdependentes	12
10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos	12
11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução	13
12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras	13
13. Análise de Riscos	13
14. Justificativa em Cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021	14
15. Posicionamento Conclusivo	14

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

I. INFORMAÇÕES GERAIS

Órgão/Entidade	Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE
Área Solicitante	Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade / Gerência Ambiental
Responsável pela Elaboração	Morony Martins Oliveira – Engenheiro Agrônomo – Matrícula nº 3172-0
Objeto	Locação de máquinas com operador (motoniveladora, pá carregadeira, rolo compactador e caminhão pipa) para conservação de solo e readequação de estradas rurais no âmbito do Programa Buriti
Base Legal	Lei Federal nº 14.133/2021 – Art. 18, §1º e §2º; IN SEGES nº 58/2022
Data de Elaboração	Uberlândia, 10 de março de 2026

1. Problema a ser Resolvido e Solução Através da Aquisição

Almejando garantir água suficiente e de qualidade para o abastecimento público de Uberlândia e de suas atividades rurais, o DMAE, em cumprimento da legislação vigente, criou o Programa Buriti a fim de proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanente – APPs das bacias do Rio Uberabinha, do Ribeirão Bom Jardim e do Rio Araguari, a montante das captações, e nas áreas a jusante das captações que estão inseridas na bacia do Rio Uberabinha, os quais são responsáveis pelo abastecimento da cidade. O programa foi regulamentado pela Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e Lei nº 14.405/2025. Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelo Programa Buriti, há os trabalhos de conservação do solo (terraceamento e barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas rurais (da porteira para dentro da propriedade), a fim de contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense.

Assim, em função do reduzido quadro de servidores existentes no Programa Buriti e da ausência dos maquinários específicos, há a necessidade da contratação de empresa para prestação de serviço de máquinas com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade), a fim de melhorar as pistas de rolamento. Os trabalhos serão realizados nas propriedades da zona rural do município de Uberlândia, inseridas no programa, em uma distância máxima de 70 km e média de 40 km do perímetro urbano.

2. Previsão no Plano de Contratações Anual

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicado no Portal da Transparência em 13 de junho de 2025.

LOCACAO DE ROLO COMPACTADOR C/ OPERADOR – MO: código 1012604

TRANSPORTE RODOVIARIO CARGA/MAQUINA PESADA ATE 50T – MO: código 1012605

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

LOCAÇÃO DE PA CARREGADEIRA C/ OPERADOR – MO: código 1012602

LOCAÇÃO DE VEICULOS LEVES/PESADOS C/MOTORISTA – MO: 1008656

LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA C/OPERADOR – MO: 1012603

LOCAÇÃO DE VEICULOS LEVES/PESADOS C/ MOTORISTA – MO: 1008656

As demais informações dos itens previstos no Plano de Contratação Anual de 2026 como Id PCA no PNCP, Data de publicação no PNCP, Id do item no PCA, Classe/Grupo, Identificador da Futura Contratação, conforme publicação no Portal da Transparência em 13 de junho de 2025, não estão contempladas no instrumento.

3. Requisitos da Contratação

3.1. Normas Aplicáveis

Constituição Federal de 1988: Fornece a estrutura legal para os direitos trabalhistas, previdenciários e ambientais.

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): Regulamenta as relações de trabalho e estabelece normas de segurança, saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Lei Federal nº 14.133/2021: Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, promovendo transparência, economicidade e eficiência nos processos licitatórios.

Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e Lei nº 14.405/2025: Regulamenta o Programa Buriti, criado para proteger e recuperar Áreas de Preservação Permanentes (APPs) nas bacias dos Rios Araguari, Uberabinha e Ribeirão Bom Jardim.

Decreto Municipal nº 18.462/2020: Aprova a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico do município de Uberlândia, reforçando a importância da gestão integrada dos recursos hídricos.

Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego:

NR-6: Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), obrigatórios para todos os operadores de máquinas pesadas e motoristas alocados na execução dos serviços.

NR-11: Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais.

NR-12: Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos.

NR-31: Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura, aplicável às atividades de operação de máquinas pesadas em propriedades rurais.

NR-31.16: Transporte de trabalhadores rurais, garantindo condições seguras de transporte e separação entre passageiros e ferramentas/equipamentos (texto integral em Anexo I).

ABNT NBR ISO 14001: Sistema de gestão ambiental, que fornece orientações para a implementação de práticas sustentáveis e a minimização de impactos ambientais durante a execução dos serviços.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

ISO 45001: Sistema de gestão de saúde e segurança ocupacional, que pode ser adotado pela contratada para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

Resolução CONAMA nº 303/2002: Define critérios e padrões para a recuperação de APPs, alinhando-se ao objetivo do Programa Buriti.

Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro): Estabelece diretrizes para a conservação e recuperação de APPs, áreas de reserva legal e uso sustentável dos recursos naturais.

Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos): Estabelece princípios e diretrizes para a gestão dos recursos hídricos, alinhando-se ao objetivo do Programa Buriti de garantir a segurança hídrica da população uberlandense.

Resolução ANTT nº 5.847/2018: Regulamenta o transporte de materiais perigosos, garantindo a segurança no transporte de combustíveis e lubrificantes utilizados nas máquinas.

Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção): Estabelece medidas de prevenção, detecção e punição de atos contra a administração pública, reforçando a integridade e a transparência no processo de contratação.

Decreto Municipal nº 18.389/2019: Regulamenta medidas anticorrupção dentro da administração pública municipal de Uberlândia.

Lei Municipal nº 10.741/2011: Institui o Código Municipal de Posturas de Uberlândia, regulamentando condutas e práticas urbanas e rurais.

Lei nº 5.764/1971: Regulamenta as sociedades cooperativas, caso haja interesse em parcerias com cooperativas locais para execução de parte dos serviços.

3.2. Recomendações Técnicas dos Serviços

3.2.1. Terraceamento

Os terraços deverão ser construídos em nível, com distâncias e profundidades que variam de acordo com o declive do terreno, podendo a profundidade variar, desde a base até a crista, de 0,50 a 1,20 metros de altura. Em sua construção se utiliza pás carregadeiras com potência líquida de 128 hp ou superior, com boa capacidade de mobilidade e ano de fabricação máximo de 10 anos.

3.2.2. Barraginhas – Barragem de Contenção de Água Pluvial

A construção das barragens ocorrerá às margens das estradas que dão acesso às propriedades rurais (da porteira para dentro da propriedade) localizadas nas bacias do rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, no município de Uberlândia/MG. As barraginhas serão construídas afastadas a cinco metros da via de rolamento para não as comprometer. A terra retirada será usada nas bordas de forma a aumentar a área de contenção de água da barragem, devendo a terra ser compactada com a própria máquina usada na construção ou outro equipamento se assim necessário. Em um dos lados das barragens, deverá conter um extravasor direcionado sobre uma curva de nível que tenha no mínimo 150 metros de comprimento, de modo que, no caso de intensas chuvas, não ocorra o rompimento da barragem. As barraginhas serão construídas com as máquinas pás carregadeiras.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

3.2.3. Readequação de Estradas

O trabalho será realizado nas estradas que dão acesso às propriedades rurais participantes do Programa Buriti por meio da elevação do greid, realizando a devida compactação e a melhoria da drenagem, proporcionando, assim, uma pista de rolamento em suas melhores condições. Durante este trabalho haverá a necessidade de utilização de água para atingir a umidade do solo adequada para se fazer a compactação, melhorando a qualidade do serviço. Para a execução deste trabalho, são necessárias as contratações de rolo compactador, motoniveladora e caminhão pipa, podendo ainda haver utilização de pá carregadeira em serviços complementares.

3.2.4. Justificativa do limite de ano de fabricação dos equipamentos

A exigência de ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos para os equipamentos pesados objeto desta contratação não constitui restrição indevida à competitividade, encontrando fundamento técnico nas seguintes razões cumulativas:

- a) **Conformidade ambiental** — equipamentos off-road fabricados há mais de 10 anos, em sua maioria, não atendem aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo PROCONVE MAR-I (Resolução CONAMA nº 433/2011), aplicável a motores de máquinas agrícolas e rodoviárias. Considerando que os serviços serão executados em Áreas de Preservação Permanente cuja proteção constitui o próprio objeto institucional do Programa Buriti, o limite mantém coerência sistêmica com a finalidade pública pretendida.
- b) **Segurança operacional** — equipamentos pesados fabricados antes da maturidade de adoção das normas ABNT NBR ISO 3471 (ROPS – Estrutura de Proteção contra Capotamento) e ABNT NBR ISO 3449 (FOPS – Estrutura de Proteção contra Queda de Objetos), bem como dos sistemas eletrônicos de monitoramento e diagnóstico, são incompatíveis com a operação segura em zona rural de relevo acidentado, na qual o tempo de resposta de socorro mecânico é necessariamente mais elevado.
- c) **Correlação técnica com o prazo de substituição** — a curva característica de falhas (MTBF – Mean Time Between Failures) de equipamentos pesados eleva-se significativamente após o décimo ano de uso intensivo. Admitir simultaneamente equipamentos com idade superior e exigir prazo de substituição de 6 horas configuraria contradição técnica, na medida em que a paralisação se tornaria evento provável e recorrente. O limite de 10 anos resulta, portanto, de relação de adequação direta entre a confiabilidade exigida do parque de máquinas e o prazo máximo de paralisação tecnicamente tolerável pelo Programa.
- d) **Aderência ao mercado** — o limite de 10 anos é o praticado de forma majoritária por órgãos das três esferas em contratações análogas e situa-se dentro do intervalo (8 a 15 anos) reconhecido como proporcional pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União para esta categoria de bens (cf. Acórdão TCU nº 1.214/2013 – Plenário).

3.3. Obrigações e Condições de Execução

3.3.1. A Contratada deverá fornecer cópia da documentação legal exigida pelo DETRAN das máquinas, caminhões e condutores devidamente atualizada. Os operadores das máquinas pesadas (Pá Carregadeira, Motoniveladora e Rolo Compactador) e o motorista do caminhão pipa deverão possuir e apresentar Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria compatível com o veículo/equipamento, nos termos do CTB.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

3.3.2. O transporte de funcionários e equipamentos deverá ser de qualidade e com segurança, em veículo que possua condições de transportar funcionários e ferramentas/equipamentos em compartimentos separados, de acordo com a norma regulamentadora NR 31.16.

3.3.3. A contratante não permite o uso de equipamentos que gerem fogo para o aquecimento de alimentos no ato de alimentação dos funcionários, almejando evitar a propagação de possíveis incêndios nas Áreas de Preservação Permanente.

3.3.4. A demarcação topográfica dos terraços, a locação das barraginhas, a readequação de estradas e o acompanhamento das atividades serão efetuados pela equipe técnica do Programa Buriti.

3.3.5. As propriedades rurais encontram-se nas bacias do Rio Uberabinha, do Ribeirão Bom Jardim e do Rio Araguari, a montante das captações, e nas áreas a jusante das captações inseridas na bacia do Rio Uberabinha, no município de Uberlândia, distanciadas de 15 a 70 km do centro, na zona rural. Os locais possuem acessos variados, sendo aproximadamente 30% do trajeto em estradas pavimentadas e 70% em estradas não pavimentadas, podendo haver limitações de acesso.

3.3.5.1. A delimitação da área de atuação em raio de até 70 (setenta) km do perímetro urbano de Uberlândia decorre, objetivamente, da circunscrição geográfica das bacias hidrográficas atendidas pelo Programa Buriti — Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, a montante e a jusante das captações de abastecimento público —, conforme parâmetro definido pela Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações. As propriedades rurais cadastradas no Programa, nas quais serão executados os serviços, encontram-se distribuídas dentro deste raio, com distância mínima de 15 km, máxima de 70 km e média de 40 km do centro urbano. A delimitação:

- a) corresponde ao limite efetivo da área de influência das captações de abastecimento público, fora do qual não há racionalidade ambiental para intervenção do programa;
- b) é compatível com a logística diária de mobilização e desmobilização das equipes, considerando jornada de 8 horas e tempo médio de deslocamento de equipamentos pesados em estradas mistas (30% pavimentadas / 70% não pavimentadas) de aproximadamente 1h30 a 2h por trajeto nos pontos extremos, viabilizando a operação sem necessidade de pernoite ou alojamento de equipamentos no local;
- c) integra a metodologia de formação de preço por hora-máquina e diária, na qual estão consideradas, nas composições SINAPI utilizadas na pesquisa de preços, as horas improdutivas de deslocamento (CHI – Custo Hora Improdutiva);
- d) corresponde a condição operacional efetivamente praticada no histórico de contratações do Programa Buriti desde 2008, sem registro, nas execuções anteriores, de comprometimento da exequibilidade contratual em razão da distância.

3.3.6. A equipe do Programa fiscalizará a correta utilização dos equipamentos e a utilização de EPIs exigidos para a atividade conforme normas da ABNT.

3.3.7. A contratante fiscalizará o alojamento das empresas que assim o constituir no município de Uberlândia, sendo proibidos alojamentos em condições precárias e, caso ocorra essa irregularidade, a contratante impedirá a continuidade dos serviços até que seja regularizada a situação, estando sujeita a empresa a multas por atraso na execução dos serviços.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

3.3.8. A ordem de início do serviço será entregue à vencedora da licitação após a assinatura do contrato, a comprovação do ano de fabricação dos equipamentos e a emissão do laudo de vistoria do automóvel que fará o transporte dos funcionários e dos equipamentos. O veículo deverá passar por vistoria relativa ao estado de conservação, principalmente em relação aos aspectos de segurança, realizada pela equipe técnica do núcleo de controle da frota.

3.3.9. A Contratada deverá, no caso de defeito de algum dos equipamentos, substituí-lo no prazo máximo de 06 (seis) horas. O prazo máximo de 6 (seis) horas decorre do equacionamento das seguintes variáveis técnicas e logísticas:

a) **Estrutura da jornada operacional** — a jornada padrão das frentes de serviço é de 8 (oito) horas. O prazo de 6 horas assegura que, em caso de defeito constatado no início ou meio da jornada, ainda restem horas úteis de operação no mesmo dia, evitando a perda integral da produtividade diária — perda que, acumulada ao longo da vigência contratual, comprometeria a meta físico-financeira anual do Programa.

b) **Operação sinérgica de múltiplos equipamentos** — os serviços de readequação de estradas e construção de barraginhas são executados em sequência e dependência operacional (motoniveladora → caminhão pipa → rolo compactador), de forma que a paralisação de um único equipamento implica ociosidade simultânea dos demais e das equipes a eles associadas. O prazo curto é medida de contenção do efeito-cascata sobre o conjunto da frente de serviço.

c) **Janelas técnicas de umidade do solo** — a compactação adequada de greide e de bordas de barraginhas depende de faixa estreita de umidade próxima à umidade ótima Proctor. Atrasos superiores a uma jornada implicam, com frequência, perda da janela de compactação, exigindo retrabalho de umidificação ou interrupção do serviço por dias até a recomposição das condições.

d) **Risco estrutural em obras inacabadas** — barraginhas e terraços parcialmente executados e deixados expostos por mais de uma jornada são suscetíveis a colapso na ocorrência de chuvas intensas, frequentes na região do Cerrado entre outubro e março, com risco de passivo ambiental e necessidade de retrabalho.

e) **Viabilidade logística no mercado regional** — dado que as frentes de serviço situam-se em raio máximo de 70 km do perímetro urbano de Uberlândia e que as empresas locadoras de máquinas pesadas da região mantêm frota de retaguarda em pátios localizados em Uberlândia, Araguari e Uberaba, a substituição em 6 horas mostra-se plenamente exequível, conforme observado em contratações análogas desta autarquia em exercícios anteriores, sem inviabilizar a participação de licitantes.

3.3.10. A Contratada deverá cumprir disposições regulamentares concernentes à execução dos serviços e responderá cível, criminal e administrativamente por todos os danos e prejuízos causados à Contratante, aos usuários ou a terceiros.

3.3.11. As máquinas deverão ser identificadas com adesivo tipo manta magnética, de uso exclusivo durante a jornada de trabalho. Na identificação deverá conter numeração que diferencie um equipamento do outro.

3.3.12. Os motoristas deverão estar uniformizados com o uniforme da Contratada, portando crachás que identifiquem os empregados e a contratada, com a inscrição "A SERVIÇO DO DMAE", de uso exclusivo durante a jornada de trabalho.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

3.3.13. A Contratada será responsável quanto ao uso obrigatório e correto dos EPIs (equipamentos de proteção individual), de acordo com as normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, pelos seus operadores e motorista.

3.3.14. A Contratada deverá fornecer e utilizar placas de sinalização temporária e cones para isolar e sinalizar a área de trabalho nas estradas rurais durante a execução dos serviços de readequação, de modo a proteger terceiros e veículos de moradores locais contra o risco de colisão com os equipamentos.

3.3.15. Todas as máquinas pesadas (Pá Carregadeira, Motoniveladora e Rolo Compactador) e o caminhão pipa deverão possuir, obrigatoriamente, alarme sonoro de marcha à ré e sinalizador luminoso rotativo (giroflex) em perfeito estado de funcionamento.

3.3.16. Considerando que os serviços serão executados em propriedades rurais distanciadas de 15 a 70 km do centro urbano, a Contratada deverá manter nos veículos de transporte de funcionários e nas frentes de trabalho um Kit de Primeiros Socorros básico, devidamente abastecido e dentro do prazo de validade.

3.3.17. As apropriações dos serviços serão realizadas diariamente pela Contratada por meio de controles que deverão conter os intervalos de tempo trabalhados, o "número" do equipamento, o nome e a assinatura dos Coordenadores de equipe da Contratante, sendo uma via entregue ao Coordenador no final do expediente.

3.3.18. Não serão medidos ou faturados os tempos parados ocasionados por "quebra" do equipamento, tempos de refeição, tempos gastos com manutenção ou tempos diferentes do expediente apresentado anteriormente. Ainda não serão medidos os serviços em que nos controles não constar o nome e a assinatura do Coordenador de equipe da Contratante.

3.3.19. Os serviços serão prestados na zona rural de Uberlândia, nas bacias dos rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari. O horário de início, diariamente, será a partir da chegada do equipamento às propriedades nas quais os serviços serão realizados.

3.3.20. Os horários de expediente são de 2ª a 6ª feira, das 7h30 às 11h00 e das 12h30 às 17h00, podendo ser solicitado em outros horários, em casos emergenciais. Considera-se 1 (uma) diária de serviço o equivalente a 8 (oito) horas-máquina de trabalho.

3.3.21. Ressalta-se que a contratante não se responsabilizará pelos custos de transporte de pessoal, mobilização/desmobilização de máquinas, manutenção, combustível, lubrificantes, alimentação e hospedagem do prestador do serviço.

4. Quantidades

Para execução das atividades nas áreas do Programa Buriti, serão necessárias 1.760 horas de pá carregadeira (880 horas cada máquina, em razão de serem necessárias duas máquinas desse tipo), 880 horas de motoniveladora, 110 diárias de rolo compactador, 110 diárias de caminhão pipa, 20 transportes de pá carregadeira (em razão de serem necessárias duas máquinas desse tipo), 10 transportes de rolo compactador e 10 transportes de motoniveladora.

Motoniveladora:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

Máquina	Descrição	Quantidade
01 Motoniveladora com operador	<p>Locação de motoniveladora com operador devidamente treinado.</p> <p>Destinada à execução de serviços de readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo elevação de greide, nivelamento e regularização de pista, conformação de abaulamento/coroamento, abertura e limpeza de valetas laterais e dispositivos de drenagem, espalhamento e conformação de solo ou cascalho, acabamento final e demais serviços correlatos, com potência básica líquida mínima de 125 HP ou superior na primeira marcha, peso operacional compatível com a execução dos serviços e largura mínima da lâmina de 3,7 metros.</p> <p>O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança obrigatórios.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários.</p> <p>Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano.</p> <p>Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 6 (seis) horas.</p> <p>Quantidade total: 880 horas-máquina.</p>	880 horas
Transporte de Máquina	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de motoniveladora.</p> <p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo</p>	10 deslocamentos

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

	<p>integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.</p>	
--	--	--

Caminhão Pipa:

Máquina	Descrição	Quantidade
01 Caminhão pipa 6X4 com operador	<p>Locação de caminhão pipa com operador/motorista devidamente habilitado, categoria compatível com o veículo.</p> <p>Destinado à umidificação do solo para compactação, controle de poeira, abastecimento de água nas frentes de serviço e demais serviços correlatos, com capacidade mínima de 10.000 litros, tração 6x4, e potência mínima de 200, incluindo tanque de aço para transporte de água, sistema de bomba para auto carregamento/sucção e sistema de aspersão com vazão tipo pavão/chuveiro ou equivalente tecnicamente.</p> <p>O veículo deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção e demais insumos.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>	110 diárias

Pá Carregadeira:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

Máquina	Descrição	Quantidade
02 Pás carregadeiras com operadores	<p>Locação de 02 (duas) pás carregadeiras sobre rodas, com operadores devidamente treinados.</p> <p>Destinadas à execução de serviços de conservação de solo e readequação de estradas rurais, incluindo construção de terraços em nível, barraginhas/bacias de contenção de águas pluviais, escavação, movimentação, carregamento, espalhamento e conformação de solo, conformação de taludes, limpeza e desobstrução de trechos, apoio em drenagem e demais serviços correlatos, com potência líquida mínima de 128 HP ou superior.</p> <p>Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução.</p>	1.760 horas (880 horas cada máquina)
Transporte de Máquina	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de pá carregadeira.</p> <p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de</p>	20 deslocamentos

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

	<p>embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 20 deslocamentos.</p>	
--	---	--

Rolo Compactador:

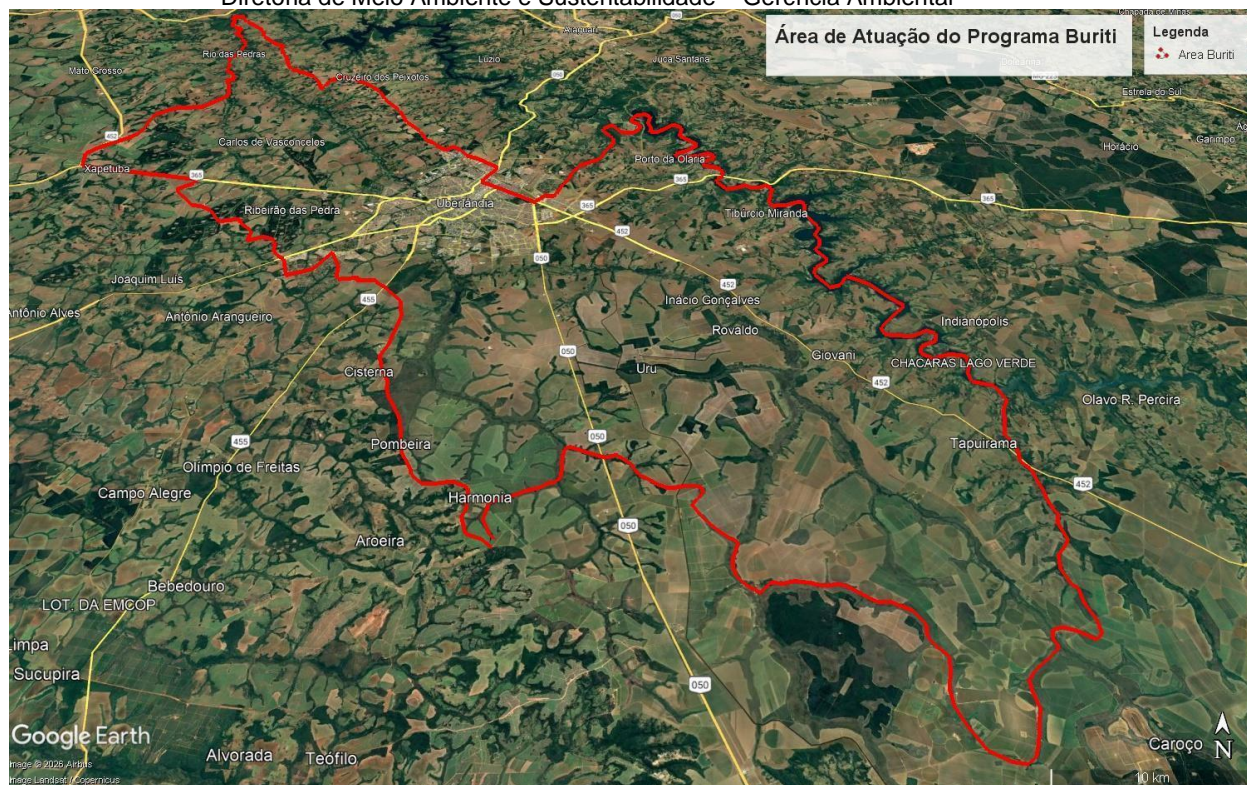
Máquina	Descrição	Quantidade
01 Rolo compactador com operador	<p>Locação de rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropeido, com operador devidamente treinado.</p> <p>Destinado à execução de serviços de compactação de solo em readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo compactação de greide, leito, subleito, aterros, bordas de barraginhas, conformação e acabamento final de superfície e demais serviços correlatos, com potência mínima de 125 HP ou superior e peso operacional compatível com a execução de serviços de compactação pesada, ou equivalente tecnicamente.</p> <p>O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução.</p> <p>Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano.</p> <p>Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>	110 diárias
Transporte de Máquina	Prestação de serviço de transporte rodoviário de rolo compactador.	10 deslocamentos

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

	<p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha, caminhão plataforma ou outro tecnicamente compatível e seguro, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.</p>	
--	---	--

Segue abaixo a área de atuação do Programa Buriti no município de Uberlândia, onde estão localizadas as propriedades atendidas:

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental



O presente instrumento prevê a possibilidade de ajustes no escopo do contrato, para atender a necessidades imprevisíveis e características específicas do serviço em questão. As seguintes situações poderão ensejar ajustes:

- Alterações no cronograma de atendimento às propriedades: O cronograma de atendimento poderá ser ajustado em função de demandas imprevisíveis, como novas áreas de erosão, estradas em condições precárias, necessidade de intervenção em áreas de risco, entre outras.
- Variação na quantidade: A quantidade de horas-máquina e diárias poderão ser ajustadas para mais ou para menos em cada propriedade, de acordo com as necessidades e com os fatores que interferem na execução dos serviços, como as condições climáticas, as características do terreno e a disponibilidade de recursos.
- Desistência ou inclusão de propriedades: Poderão ser subtraídas ou adicionadas propriedades no cronograma de atendimento, em caso de desistência de produtores participantes ou inclusão de novos produtores cadastrados no Programa Buriti, desde que as propriedades adicionadas estejam localizadas nas áreas de atuação do programa.

Os ajustes no escopo do contrato não alteram a previsão total de horas-máquina e diárias contratadas, mas permitirão a redistribuição entre as propriedades atendidas, conforme as necessidades do Programa Buriti. Os ajustes serão previamente informados à Contratada, garantindo a transparência e a previsibilidade do processo.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

III. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução

5.1. Caminhão Pipa

O caminhão pipa é essencial para o Programa Buriti, garantindo a compactação adequada do solo e a estabilidade do terreno durante a readequação de estradas e conservação do solo. A não contratação pode resultar em compactação inadequada, atrasos, custos adicionais e impactos ambientais. Alternativas como caminhões de menor ou maior capacidade e equipamentos adaptados não atendem às necessidades do programa.

A exigência de configuração traçado 6x4 (seis rodas, quatro motrizes – dois eixos traseiros com tração) justifica-se pelas condições operacionais específicas do Programa Buriti. As propriedades rurais atendidas distam de 15 a 70 km do centro urbano de Uberlândia, com aproximadamente 70% do trajeto em estradas não pavimentadas, de terra ou cascalho, sujeitas a deterioração por intempéries. O caminhão pipa, quando carregado com 10.000 litros de água mínimo (10 toneladas de carga líquida), atinge elevado peso operacional quando carregado, o que eleva significativamente a exigência de tração para vencer aclives, trechos enlameados e solos com baixa capacidade de suporte – condições frequentes nas frentes de serviço, onde o terreno natural já se encontra revolvido pela ação da motoniveladora, da pá carregadeira e do rolo compactador.

A configuração 4x2 (apenas um eixo motriz) não oferece tração suficiente para operar com segurança nessas condições, especialmente no período chuvoso (outubro a março), quando a umidade natural do solo e a lama nas estradas de acesso tornam o tráfego de veículos pesados com tração simples inviável, resultando em atolamentos que paralisariam os serviços e comprometeriam o cronograma do programa. A tração nos dois eixos traseiros (6x4) distribui o esforço motriz de forma equilibrada, assegurando mobilidade, estabilidade e segurança ao veículo carregado em qualquer condição de terreno encontrada nas áreas de atuação. A exigência de configuração 6x4 não restringe indevidamente a competitividade, uma vez que é especificação padrão do mercado de caminhões pesados para operação fora de estrada, sendo fabricada por todos os principais montadores (Mercedes-Benz, Volkswagen, Volvo, Scania, DAF) e disponível no mercado de locação de equipamentos pesados da região.

5.2. Pá Carregadeira

A pá carregadeira é essencial para o Programa Buriti, especialmente para a conservação do solo e readequação de estradas rurais. Sua versatilidade, potência e capacidade de operar em terrenos acidentados garantem a eficiência e a qualidade dos serviços. As especificações foram definidas considerando a potência, capacidade de carga, ano de fabricação e sistema hidráulico otimizado. Alternativas como tratores de esteira, mini carregadeiras e equipamentos adaptados não atendem às necessidades do programa, enquanto a pá carregadeira oferece versatilidade, capacidade de carga e potência adequadas às demandas.

5.3. Rolo Compactador

O rolo compactador é fundamental para o Programa Buriti, assegurando a compactação eficiente do solo e a estabilidade das estruturas na conservação do solo e readequação

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

de estradas rurais. As especificações do rolo compactador, como o cilindro pé de carneiro, peso operacional, potência do motor e ano de fabricação, foram definidas para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços. Alternativas como compactadores de placa vibratória, compactadores manuais e rolo compactador com cilindro liso não atendem às necessidades do programa. O rolo compactador com cilindro pé de carneiro oferece a compactação ideal para os tipos de solo encontrados nas áreas do programa.

5.4. Motoniveladora

A motoniveladora é indispensável para o Programa Buriti, sendo crucial na readequação de estradas rurais e conservação do solo. Sua capacidade de nivelamento, construção de taludes e manutenção de vias garante a qualidade das obras e a segurança hídrica da região. As especificações foram definidas para garantir a eficiência e a qualidade dos serviços. Alternativas como trator de esteira com lâmina, mini carregadeira com lâmina e equipamentos adaptados não atendem às necessidades do programa. A motoniveladora oferece alto desempenho, eficiência energética e maior área de cobertura, sendo ideal para as áreas extensas do programa.

5.5. Modalidades de Contratação

5.5.1. Adesão a Ata de Registro de Preço: A adesão a ata de Registro de Preços é um instituto chamado "carona" a uma ata de Registro de Preços existente em outro órgão. O problema previsto aqui seria a dificuldade de localizar os objetos pretendidos em relação ao objeto registrado.

5.5.2. Pregão Eletrônico: Nesta solução seria conduzida uma licitação própria para contratação na modalidade Pregão Eletrônico. Processo mais demorado, porém, em razão da natureza comum dos objetos, empresas da cidade e da região conseguem atender a demanda da Autarquia Municipal. Esta solução é a que melhor se adequa à contratação em tela.

5.6. Justificativa da forma de medição

Optou-se pela medição por diária para o caminhão pipa e o rolo compactador em razão da natureza interdependente e não contínua de suas operações, que envolvem ciclos de apoio, deslocamentos e períodos técnicos de espera ao longo da jornada. A formação dos custos foi baseada em composições horárias que consideram horas produtivas (CHP) e improdutivas (CHI), sendo a diária a forma mais adequada de consolidar esses custos na execução contratual. A solução adotada reflete com maior fidelidade a realidade operacional, reduz a complexidade da fiscalização e está alinhada às práticas de mercado, mostrando-se a alternativa mais eficiente e adequada ao interesse público.

5.7. Conclusão da Análise

Com base na análise técnica e nas justificativas apresentadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada por meio de Pregão Eletrônico, sem parcelamento do objeto, é a solução mais adequada para atender às necessidades do Programa Buriti. Essa abordagem assegura flexibilidade, qualidade, eficiência e conformidade legal, contribuindo diretamente para a segurança hídrica da população uberlandense e para a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs).

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento

Os valores estimados referentes aos itens da contratação são de **R\$ 1.372.282,50 (um milhão e trezentos e setenta e dois mil e duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na planilha orçamentária. Os valores estimados foram obtidos mediante pesquisa no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (Tabela SINAPI, base: janeiro/2026), mantido pela Caixa Econômica Federal em convênio com o IBGE, nos termos do art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, complementados por pesquisa de mercado via Painel de Preços, conforme metodologia anexa.

O orçamento deverá ser aberto, pois se entende que dar o parâmetro econômico aos licitantes é mais vantajoso para a contratação em tela, pois entendemos que o mercado se interessará mais pelo produto sabendo de antemão seu preço estimado.

IV. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica

Além da disponibilização dos equipamentos e operadores descritos nos itens anteriores, a solução contratada deverá contemplar toda a estrutura de suporte necessária para assegurar a continuidade, eficiência e segurança na execução dos serviços nas áreas de atuação do Programa Buriti.

A Contratada será integralmente responsável pela mobilização e desmobilização dos equipamentos entre as frentes de serviço, incluindo os serviços de transporte, carregamento, descarregamento, amarração, desamarração e demais procedimentos logísticos necessários para a operação segura.

Também será de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, incluindo combustível, lubrificantes, água para o caminhão pipa, mão de obra operacional, alimentação, hospedagem, transporte de pessoal e demais custos indiretos e diretos necessários ao pleno atendimento do objeto.

A Contratada deverá realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e veículos utilizados, garantindo sua plena disponibilidade e adequado funcionamento durante toda a vigência contratual.

Em caso de falha, quebra ou defeito que comprometa a continuidade dos serviços, a Contratada deverá providenciar a substituição imediata do equipamento por outro equivalente ou superior, em perfeito estado de funcionamento, no prazo máximo de 06 (seis) horas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação, com documentação regular, atender às exigências legais e às normas de segurança aplicáveis, incluindo os dispositivos obrigatórios de segurança.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta

O parcelamento da contratação não é recomendável, dado o caráter indivisível dos serviços, que demandam equipamentos específicos e mão de obra altamente especializada, tornando inviável qualquer divisão sem prejuízo à qualidade e à eficiência da execução. O mercado local conta com empresas plenamente capacitadas para atender à demanda em sua totalidade, o que elimina a necessidade de parcelamento. A execução integral por uma única empresa, mediante adjudicação global, assegura maior agilidade, coordenação e controle das atividades, reduzindo significativamente os riscos de atrasos, inconsistências ou falhas no processo.

9. Contratações Correlatas ou Interdependentes

O Programa Buriti visa garantir a segurança hídrica da população de Uberlândia por meio da proteção e recuperação de APPs. Para isso, ações como conservação do solo e readequação de estradas rurais são essenciais, exigindo a contratação de máquinas. O histórico de contratações anteriores demonstra a importância e a continuidade dessas ações para o programa:

Ano	Pá Carregadeira (h)	Motoniveladora (h)	Rolo Compactador (diárias)	Caminhão Pipa (diárias)	Obs.
2020	1.239	684	98,5	91	
2021	1.121	727	99	83	
2022	–	–	–	–	Sem contratação
2023	1.225	664	83,5	83,5	
2024	940	562	100	100	
2025	1.176	566	87	87	

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Com a solução adotada, esta administração espera contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, visto que as ações que serão desenvolvidas com a pretendida contratação irão contribuir com a recarga do lençol freático em razão do aumento da infiltração de água no solo, com a redução do assoreamento dos corpos hídricos e das nascentes, dentre outros benefícios ambientais e sociais.

11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução

a) Após a consolidação deste ETP, serão produzidas as fases a seguir:

1. Realizar a pesquisa de preços e confeccionar o Ato de Consolidação do Orçamento;

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

2. Finalizar o Termo de Referência Provisório;
 3. Consolidar o Termo de Referência com os valores estimados na pesquisa de preços;
 4. Confeccionar a Requisição e demais documentos que instruirão o Documento de Formalização da Demanda;
 5. Elaborar o Documento de Formalização da Demanda;
 6. Enviar toda a documentação para a Diretoria de Suprimentos, requerendo a abertura do processo licitatório.
- b) A equipe de fiscalização do contrato já é experiente e não será necessário o treinamento e capacitação de novos servidores para o acompanhamento até a assinatura do contrato.

12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

O uso de materiais e equipamentos devem atender a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de forma a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental. De acordo com o Decreto nº 7.746/2012, em seu art. 2º, alguns critérios e práticas de sustentabilidade que devem ser adotados na aquisição de serviço da administração pública são:

- baixo impacto sobre recursos naturais;
- preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos serviços.

A partir da contratação, o DMAE espera contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, visto que as ações que serão desenvolvidas com a pretendida contratação irão contribuir com a recarga do lençol freático em razão do aumento da infiltração de água no solo, com a redução do assoreamento dos corpos hídricos e das nascentes, dentre outros benefícios.

13. Análise de Riscos

A Análise de Riscos desta contratação, elaborada conforme as orientações do Ofício Circular nº 248/2025 e da Orientação Técnica sobre Gestão de Riscos em Contratações (publicados nas edições nº 7078 e 7081 do Diário Oficial), encontra-se em **documento separado e constitui Anexo integrante deste Estudo Técnico Preliminar**. A Análise de Riscos abrangerá a identificação, avaliação qualitativa e quantitativa dos riscos inerentes à contratação, bem como as medidas de tratamento e os responsáveis por sua implementação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas.

V. CONCLUSÃO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental

14. Justificativa em Cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

15. Posicionamento Conclusivo

Assim, entende-se que a contratação em questão, com as especificidades acima detalhadas, é a solução adequada para a questão enfrentada pela administração no momento, sendo o gasto público empenhado nos moldes aqui descritos vantajoso para a administração municipal e, por consequência, aos administrados.

Uberlândia, 10 de março de 2026.

Morony Martins Oliveira

Engenheiro Agrônomo – Matrícula nº 3172-0

Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade / Gerência Ambiental – DMAE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – DMAE
Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Gerência Ambiental
ANEXO I – NORMA REGULAMENTADORA NR-31.16

Transporte de Trabalhadores Rurais

31.16 Transporte de Trabalhadores

31.16.1 O veículo de transporte coletivo de passageiros deve observar os seguintes requisitos:

- a)** possuir autorização emitida pela autoridade de trânsito competente;
- b)** transportar todos os passageiros sentados;
- c)** ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado;
- d)** possuir compartimento resistente e fixo para a guarda das ferramentas e materiais, separado dos passageiros.

31.16.2 O transporte de trabalhadores em veículos adaptados somente ocorrerá em situações excepcionais, mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito, devendo o veículo apresentar as seguintes condições mínimas de segurança:

- a)** escada para acesso, com corrimão, posicionada em local de fácil visualização pelo motorista;
- b)** carroceria com cobertura, barras de apoio para as mãos, proteção lateral rígida, com dois metros e dez centímetros de altura livre, de material de boa qualidade e resistência estrutural que evite o esmagamento e a projeção de pessoas em caso de acidente com o veículo;
- c)** cabina e carroceria com sistemas de ventilação, garantida a comunicação entre o motorista e os passageiros;
- d)** assentos revestidos de espuma, com encosto e cinto de segurança;
- e)** compartimento para materiais e ferramentas, mantido fechado e separado dos passageiros.

Nome Arquivo: ETP_Horas.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 27/04/2026 08:33:24



ASSINATURA DIGITAL

0740e410fc81f9af1b6893a1a49fcb7a

Nome Arquivo: ETP_Horas.pdf

Documento autenticado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA

Certificado: **9529066e***92ced101**86ce1*****73e1**

Data Validade Certificado: 12/08/2026

Data: 27/04/2026



ASSINATURA DIGITAL

48bf60fcb33d1326bc46aae31feeb20c

Nome Arquivo: ETP_Horas.pdf

Documento autenticado de forma digital por ARTHUR ROSA PUBLIO

Certificado: **1a6b2080***97a83a73**0c9e6*****ad45**

Data Validade Certificado: 21/07/2026

Data: 27/04/2026



ASSINATURA DIGITAL

c3fba6d23349a5cb1f75d993f8662bd0

Data	Órgão Solicitante	Número da requisição
09/03/2026	Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia – Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- Gerência Ambiental	784, 786, 788, 789/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de hora-máquina com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e Lei nº 14.405/2025), a fim de melhorar as pistas de rolamento e contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	AC	<p>Locação de 02 (duas) pás carregadeiras sobre rodas, com operadores devidamente treinados.</p> <p>Destinadas à execução de serviços de conservação de solo e readequação de estradas rurais, incluindo construção de terraços em nível, barraginhas/bacias de contenção de águas pluviais, escavação, movimentação, carregamento, espalhamento e conformação de solo, conformação de taludes, limpeza e desobstrução de trechos, apoio em drenagem e demais serviços correlatos, com potência líquida mínima de 128 HP ou superior.</p> <p>Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução.</p>	1012602	HORAS	1760

		<p>Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, na área de atuação do Programa Buriti do Dmae Uberlândia, em distância de até 70 km do perímetro urbano.</p> <p>Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional.</p> <p>Quantidade total: 1.760 horas-máquina, sendo 880 horas por equipamento.</p>			
2	AC	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de pá carregadeira.</p> <p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 20 deslocamentos.</p>	1012605	DESLOCAMENTO	20
3	AC	<p>Locação de motoniveladora com operador devidamente treinado.</p> <p>Destinada à execução de serviços de readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo elevação de greide, nivelamento e regularização de pista, conformação de abaulamento/coroamento, abertura e limpeza de valetas laterais e dispositivos de drenagem, espalhamento e conformação de solo ou cascalho, acabamento final e demais serviços correlatos, com</p>	1012603	HORAS	880

		<p>potência básica líquida mínima de 125 HP ou superior na primeira marcha, peso operacional compatível com a execução dos serviços e largura mínima da lâmina de 3,7 metros.</p> <p>O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança obrigatórios.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários.</p> <p>Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano.</p> <p>Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 6 (seis) horas.</p> <p>Quantidade total: 880 horas-máquina.</p>			
4	AC	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de motoniveladora.</p> <p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.</p>	1012605	DESLOCAMENTO	10

5	AC	<p>Locação de caminhão pipa com operador/motorista devidamente habilitado, categoria compatível com o veículo.</p> <p>Destinado à umidificação do solo para compactação, controle de poeira, abastecimento de água nas frentes de serviço e demais serviços correlatos, com capacidade mínima de 10.000 litros, tração 6x4, e potência mínima de 200 cv, incluindo tanque de aço para transporte de água, sistema de bomba para auto carregamento/sucção e sistema de aspersão com vazão tipo pavão/chuveiro ou equivalente tecnicamente.</p> <p>O veículo deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção e demais insumos.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>	1008656	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	110
6	AC	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de rolo compactador.</p> <p>Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha, caminhão plataforma ou outro tecnicamente compatível e seguro, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes.</p> <p>O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de</p>	1012605	DESLOC AMENTO	10

		embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.			
		Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.			
7	AC	<p>Locação de rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido, com operador devidamente treinado.</p> <p>Destinado à execução de serviços de compactação de solo em readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo compactação de greide, leito, subleito, aterros, bordas de barraginhas, conformação e acabamento final de superfície e demais serviços correlatos, com potência mínima de 125 HP ou superior e peso operacional compatível com a execução de serviços de compactação pesada, ou equivalente tecnicamente.</p> <p>O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução.</p> <p>Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano.</p> <p>Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>	1012604	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	110

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviço comum de engenharia, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Valor Estimado

1.3. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

1.4. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 1.372.282,50 (um milhão e trezentos e setenta e dois mil e duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação se estende até 31 de dezembro de 2026, com início contado a partir da data de assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021. Esclarece-se que a prorrogação/renovação da vigência é faculdade exclusiva da Administração (DMAE), condicionada ao interesse público, à manutenção da vantajosidade, ao desempenho satisfatório da contratada e à disponibilidade orçamentária, não constituindo direito subjetivo da contratada e não ocorrendo de forma automática. A prorrogação também dependerá de manifestação expressa de interesse e concordância da contratada, quando formalmente consultada pela Administração, sendo possível à contratada não aderir à continuidade contratual. Para fins de planejamento, o DMAE comunicará formalmente a decisão de prorrogar ou não prorrogar a vigência com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência em curso, acompanhada de justificativa sucinta (vantajosidade, desempenho e disponibilidade orçamentária).

1.5.1. Ressalva-se que a renovação do empenho constitui providência orçamentária vinculada à continuidade da execução no exercício seguinte e pressupõe decisão administrativa pela manutenção/prorrogação, bem como a concordância da contratada em prosseguir com a execução, quando consultada. Assim, não há renovação/prorrogação automática, e a Administração poderá, motivadamente, decidir pela não prorrogação e, por consequência, pela não emissão de novo empenho, observado o prazo de comunicação previsto neste Termo de Referência.

1.5.2. A vantajosidade econômica da manutenção da contratação deverá ser atestada a cada exercício pelo gestor do contrato.

1.5.3. Caso a manutenção do contrato se torne desvantajosa, poderá ser procedida sua extinção, sem ônus, pelo gestor do contrato, nos termos do art. 106, inciso III e §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as atividades contratadas se destinam a atender demanda permanente e recorrente do Programa Buriti, envolvendo ações de conservação de solo (terraceamento e/ou construção de barraginhas de contenção de

água pluvial) e readequação de estradas rurais (elevação de greide, compactação e drenagem), as quais exigem execução reiterada ao longo do tempo em razão do desgaste natural das vias, da sazonalidade climática e da necessidade contínua de proteção dos mananciais e de mitigação de processos erosivos. Sendo a vigência plurianual mais vantajosa por permitir planejamento e continuidade das frentes de serviço, assegurar disponibilidade regular de equipamentos e operadores em zona rural, reduzir custos de mobilização e desmobilização e a repetição de procedimentos administrativos, além de mitigar riscos de descontinuidade operacional.

- 1.5.5. Com os fundamentos apresentados no subitem anterior, a autoridade competente atesta a vantajosidade econômica na contratação plurianual.

Do Reajuste Contratual (Art. 135, I, da Lei nº 14.133/2021)

1.6. O preço definido no instrumento contratual, para os custos decorrentes do mercado, será fixo e irrevogável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base;

- 1.6.1. A data-base para a contagem do prazo de reajuste é a data da consolidação do orçamento estimado definida no Termo de Referência (Art. 25, § 7º, Lei 14.133/2021).

1.7. É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado, com reflexo no contrato, em relação aos custos dos materiais, equipamentos e insumos, necessários a execução do contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida (preclusão do direito);

1.8. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

- 1.8.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

- 1.8.2. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s),

será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.8.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.10. Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

1.10.1. Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.

1.11. Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.

1.12. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da anualidade será da data base do reajuste anterior.

1.13. Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

1.14. A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, sob pena de preclusão do direito.

1.15. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

1.16. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.

1.17. A data de consolidação do orçamento é: **10/03/2026**.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO, ESPECIFICAÇÕES ADICIONAIS

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial.

Da exclusividade de participação de ME e EPP:

4.2. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que o objeto da contratação não se trata de aquisição de bens de natureza divisível, nos termos do art. 48, inciso III da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2.1. Conforme justificado nos critérios de parcelamento, a prestação dos serviços exige adjudicação global devido à forte interdependência técnica e operacional dos equipamentos (motoniveladora, pá carregadeira, rolo compactador e caminhão pipa) nas frentes de trabalho. Portanto, por não se tratar de objeto de natureza divisível sem prejuízo ao conjunto, torna-se inaplicável a reserva de cota de até 25% prevista no art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar. Dessa forma, a ampla concorrência é a via adequada para garantir a competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a capacidade técnico-operacional necessária para a execução do Programa Buriti.

Da participação de consórcios

4.3. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada com a ampliação da

competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de equipamento e/ou contratação de serviços comuns, não se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, consequentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

Da participação de cooperativas

4.4. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

Da Subcontratação

4.5. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5.1. A vedação justifica-se pela natureza dos serviços de conservação de solo e readequação de estradas rurais no âmbito do Programa Buriti. A execução adequada demanda a operação simultânea, contínua e coordenada de maquinário pesado específico (motoniveladora, pá carregadeira, rolo compactador e caminhão pipa), exigindo controle logístico direto e integrado.

4.5.2. A Administração estabeleceu critérios rigorosos de qualificação técnico-operacional e profissional para a seleção do fornecedor, incluindo a comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, registro no CREA e a capacidade de substituição de equipamentos defeituosos no prazo máximo de 6 (seis) horas. Permitir a subcontratação significaria transferir a execução para terceiros que não passaram pelo crivo técnico do certame, diluindo a responsabilidade da contratada principal, dificultando a fiscalização

rigorosa das normas de segurança do trabalho (NRs) e de trânsito, e colocando em risco direto a qualidade e o cronograma das ações de proteção aos mananciais de abastecimento público.

Da Cláusula Anticorrupção

4.6. Em atendimento ao Decreto Municipal nº 18.389/2019, para esta contratação, A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

4.7. As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

4.8. A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

4.8.1. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

4.8.2. Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

4.8.3. Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

4.8.4. Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer

aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

4.9. A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados. (Redação dada pelo Decreto Municipal nº 20234/2023)

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual.

4.10.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato.

4.10.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato, observada a regra do art. 96, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.10.3. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, e por 180 dias após o término da vigência contractual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.11. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 05 dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: A contratada deverá seguir as recomendações técnicas descritas abaixo:

a) Terraceamento

Os terraços deverão ser construídos em nível, com distâncias e profundidades que variam de acordo com o declive do terreno, podendo a profundidade variar, desde a base até a crista, de 0,50 a 1,20 metros de altura. Em sua construção utiliza pás carregadeiras com potência líquida mínima de 128 HP ou superior, com boa capacidade de mobilidade e com no máximo 10 anos de fabricação.

b) Barragem de contenção de água pluvial – Barraginhas

A construção das barragens ocorrerá às margens das estradas que dão acesso às propriedades rurais (da porteira para dentro da propriedade) localizadas nas bacias do rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari, no município de Uberlândia/MG. As barraginhas serão construídas afastadas a cinco metros da via de rolamento para não as comprometer. A terra retirada será usada nas bordas de forma a aumentar a área de contenção de água da barragem, devendo a terra ser compactada com a própria máquina usada na construção ou outro equipamento se assim necessário. Em um dos lados das barragens, deverá conter um extravasor direcionado sobre uma curva de nível que tenha no mínimo 150 metros de comprimento, de modo que, no caso de intensas chuvas, não ocorra o rompimento da barragem. As barraginhas serão construídas com as máquinas pás carregadeiras.

c) Readequação de estradas

O trabalho será realizado nas estradas que dão acesso às propriedades rurais participantes do Programa Buriti por meio da elevação do greid, realizando a devida compactação e a melhoria da drenagem, proporcionando, assim, uma pista de rolamento em suas melhores condições. Durante este trabalho haverá a necessidade de utilização de água para atingir a umidade do solo adequada para se fazer a compactação, melhorando a qualidade do serviço. Para a execução deste trabalho, são necessárias as contratações de rolo compactador, motoniveladora e caminhão

pipa, podendo ainda haver utilização de pá carregadeira em serviços complementares.

d) Justificativa para a exigência de caminhão pipa com configuração traçado 6x4:

A especificação de caminhão pipa com tração 6x4 (seis rodas, quatro motrizes – dois eixos traseiros com tração) é requisito técnico indispensável em razão das condições operacionais do Programa Buriti. As frentes de serviço estão localizadas em propriedades rurais distanciadas de 15 a 70 km do centro urbano, com aproximadamente 70% do trajeto em estradas não pavimentadas, sujeitas a deterioração por intempéries. O caminhão pipa, quando carregado com 10.000 litros de água no mínimo (10 toneladas de carga líquida), atinge Peso Bruto Total que exige elevada capacidade de tração para vencer aclives, trechos enlameados e solos com baixa capacidade de suporte – condições recorrentes nas frentes de serviço, onde o terreno natural já se encontra revolvido pela ação simultânea da motoniveladora, da pá carregadeira e do rolo compactador. As configurações 4x2 ou 6x2 (apenas um eixo motriz) são tecnicamente inadequadas para operarem com segurança nessas condições, especialmente durante o período chuvoso (outubro a março), quando a umidade natural do solo e a lama nas estradas de acesso tornam o tráfego de veículos pesados com tração simples inviável, resultando em atolamentos que paralisariam os serviços e comprometeriam o cronograma do programa. A tração nos dois eixos traseiros (6x4) distribui o esforço motriz de forma equilibrada, assegurando mobilidade, estabilidade e segurança ao veículo carregado em qualquer condição de terreno. A configuração 6x4 é especificação padrão do mercado de caminhões pesados para operação fora de estrada, fabricada por todos os principais montadores nacionais e amplamente disponível no mercado de locação de equipamentos da região.

- 5.1.3. Para o cumprimento dessas ações, deverão ser utilizadas máquinas de acordo com as especificações presentes na tabela do **Item 1.1**. Ressalta-se que a contratante não se responsabilizará pelos custos de transporte de pessoal, mobilização/desmobilização de máquinas, manutenção, combustível, lubrificantes, alimentação ou hospedagem do prestador do serviço. É de extrema importância salientar que, durante a execução dos serviços, é proibido o uso de equipamentos que gerem fogo para o aquecimento de alimentos, com o objetivo de evitar a propagação de incêndios nas áreas de preservação permanente.
- 5.1.4. A Contratada deverá ainda fornecer cópia da documentação legal exigida pelo DETRAN das máquinas, caminhões e condutores devidamente atualizada. O motorista do caminhão pipa deverá possuir CNH categoria compatível com o veículo, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro. O transporte de funcionários e equipamentos deverá ser de qualidade e com segurança, em veículo que possua condições de transportar funcionários e ferramentas/ equipamentos em compartimentos separados, de acordo com a norma regulamentadora NR 31.16.
- 5.1.5. A demarcação topográfica dos terraços, a locação das barraginhas, a readequação de estradas e o acompanhamento das atividades serão efetuados pela equipe técnica do Programa Buriti.
- 5.1.6. As propriedades rurais que serão realizados os trabalhos de conservação de solo e de readequação de estradas estão localizadas à montante das captações de água do DMAE, nos Rios Uberabinha e Araguari e no Ribeirão Bom Jardim, no município de Uberlândia, e se encontram distanciadas de 15 a 70 Km do centro de Uberlândia, na zona rural. Os locais possuem acessos variados, sendo aproximadamente 30% do trajeto em estradas pavimentadas e 70% em estradas não pavimentadas, podendo haver limitações de acesso. Os serviços serão prestados na zona rural de Uberlândia, nas bacias dos rios Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Rio Araguari. O horário de início, diariamente, será a partir da chegada do equipamento as propriedades as quais os serviços serão realizados. A licitante deverá

considerar, na formulação de sua proposta, todas as condições de acesso, carregamento, transporte e descarregamento dos equipamentos. Quando houver impossibilidade técnica ou de segurança para o acesso do veículo transportador até a frente de serviço, o descarregamento ocorrerá no ponto mais próximo possível, conforme indicação da fiscalização do DMAE, sendo de inteira responsabilidade da contratada o deslocamento operacional do equipamento até o local efetivo de execução e seu retorno, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

5.1.7. A equipe do Programa fiscalizará a correta utilização desses equipamentos e a utilização de EPIs exigidas para a atividade conforme normas da ABNT.

5.1.8. A Contratante fiscalizará o alojamento das empresas que optarem por alojar seus funcionários no município de Uberlândia. É proibido o alojamento de trabalhadores nas propriedades rurais onde os serviços serão executados. A Contratada deverá garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 24 (NR 24), que estabelece as condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, incluindo os alojamentos. Serão proibidos alojamentos em condições precárias que comprometam a saúde e a segurança dos trabalhadores. Caso sejam constatadas irregularidades, a Contratante poderá impedir a continuidade dos serviços até que a situação seja regularizada, sem prejuízo da aplicação de multas por atraso na execução dos serviços.

5.1.9. A ordem de início do serviço será entregue a vencedora da licitação após a assinatura do contrato, a comprovação do ano de fabricação dos equipamentos e a emissão do laudo de vistoria do automóvel que fará o transporte dos funcionários e dos equipamentos. O veículo deverá passar por vistoria relativa ao estado de conservação, principalmente em relação aos aspectos de segurança, e essa ação será realizada pela equipe técnica do núcleo de controle da frota.

5.1.10. A Contratada deverá realizar a manutenção corretiva e preventiva das máquinas e equipamentos utilizados na execução dos serviços,

garantindo seu bom funcionamento e a continuidade dos serviços. Em caso de defeito em algum equipamento que impossibilite sua utilização e o prosseguimento dos serviços, a Contratada deverá substituí-lo por outro equipamento equivalente em perfeito estado de funcionamento, no **prazo máximo de 6 (seis) horas**, contado da constatação do defeito. A substituição do equipamento não acarretará custo adicional para a Contratante.

- 5.1.11. A Contratada deverá cumprir as disposições regulamentares concernentes à execução dos serviços e responderá cível, criminal e administrativamente por todos os danos e prejuízos causados à Contratante, aos usuários, a terceiros e ao meio ambiente, em decorrência da execução do contrato.
- 5.1.12. As máquinas e equipamentos utilizados na execução dos serviços deverão ser identificados com adesivo tipo manta magnética, que será de uso exclusivo durante a jornada de trabalho. A identificação deverá conter, além do nome da Contratada, uma numeração que diferencie cada máquina e equipamento.
- 5.1.13. Os motoristas deverão estar uniformizados com o uniforme da Contratada, portando crachás que identifiquem os empregados e a contratada e devam constar “**A SERVIÇO DO DMAE**” e seja de uso exclusivo durante a jornada de trabalho. A Contratada deverá observar a legislação do Ministério do Trabalho e Emprego, que determina obrigações no campo de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.
- 5.1.14. Em conformidade com a NR 6, que define os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) como "todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho", a Contratada será responsável por fornecer aos seus operadores e motoristas os EPIs adequados, de acordo com as normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

5.1.15. Todas as máquinas pesadas (Pá Carregadeira, Motoniveladora e Rolo Compactador) e o caminhão pipa deverão possuir, obrigatoriamente, alarme sonoro de marcha à ré e sinalizador luminoso rotativo (giroflex) em perfeito estado de funcionamento. A ausência desses dispositivos de segurança em qualquer equipamento ensejará a imediata paralisação da máquina até a regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

5.1.16. As apropriações dos serviços serão realizadas diariamente pela Contratada através de controles que deverão conter os intervalos de tempo trabalhados, o “número” do equipamento, o nome e a assinatura dos Coordenadores de equipe da Contratante, sendo uma via entregue ao Coordenador no final do expediente.

5.1.17. A medição dos serviços será realizada da seguinte forma:

a) Para os itens faturados por Horas (Pás Carregadeiras e Motoniveladora): com base nas horas efetivamente trabalhadas e atestadas nos controles diários.

b) Para os itens faturados por Diária (Caminhão Pipa e Rolo Compactador): com base nas diárias efetivamente cumpridas (sendo 1 diária = 8 horas). Caso a máquina opere por período inferior a 8 horas no dia, o faturamento será fracionado proporcionalmente às horas trabalhadas.

c) Em nenhuma hipótese serão medidos ou faturados os tempos parados ocasionados por “quebra” do equipamento, tempos de refeição, tempos gastos com manutenção preventiva ou corretiva, deslocamentos não autorizados ou tempos diferentes do expediente estipulado neste Termo.

d) Não serão medidos os serviços em que os controles diários não contiverem o nome e a assinatura do Coordenador de equipe da Contratante, responsável pela fiscalização dos serviços.

e) A adoção da medição por diária para o caminhão pipa e o rolo compactador decorre da natureza operacional desses equipamentos, que atuam de forma complementar e interdependente nas frentes de serviço, não apresentando operação contínua ao longo da jornada. Suas atividades envolvem ciclos de apoio, deslocamentos e períodos técnicos de espera, condicionados à execução prévia de outros equipamentos e às condições do solo, especialmente no controle de umidade e na compactação. Ressalta-se que a formação dos custos desses equipamentos foi realizada com base em composições horárias que contemplam horas produtivas (CHP) e improdutivas (CHI). Assim, a medição por diária representa a consolidação desses custos ao longo da jornada de trabalho, refletindo a efetiva disponibilização do equipamento à frente de serviço. Tal abordagem simplifica a fiscalização, evita distorções na apropriação de horas e está alinhada às práticas de mercado, sendo assegurado o pagamento proporcional em caso de utilização inferior à jornada diária, garantindo a economicidade.

5.1.18. Os horários de expediente são de 2ª a 6ª feira, das 7:30h às 11:00h e das 12:30h às 17:00h. Em casos emergenciais, poderá ser solicitada a prestação de serviços em outros horários, incluindo horas extras, conforme previsto na legislação trabalhista e mediante acordo prévio entre as partes.

5.1.19. Os trabalhos serão realizados de propriedade em propriedade, sequencialmente, conforme cronograma a ser definido pela Contratante, em propriedades rurais aderidas ao Programa Buriti à montante das captações de abastecimento público. O cronograma poderá ser revisado, considerando as condições climáticas, as especificidades do terreno e outros fatores que possam interferir na execução dos serviços.

Área de atuação do Programa Buriti

5.2. Segue abaixo a área de atuação do Programa Buriti no município de Uberlândia, onde estão localizadas as propriedades atendidas:

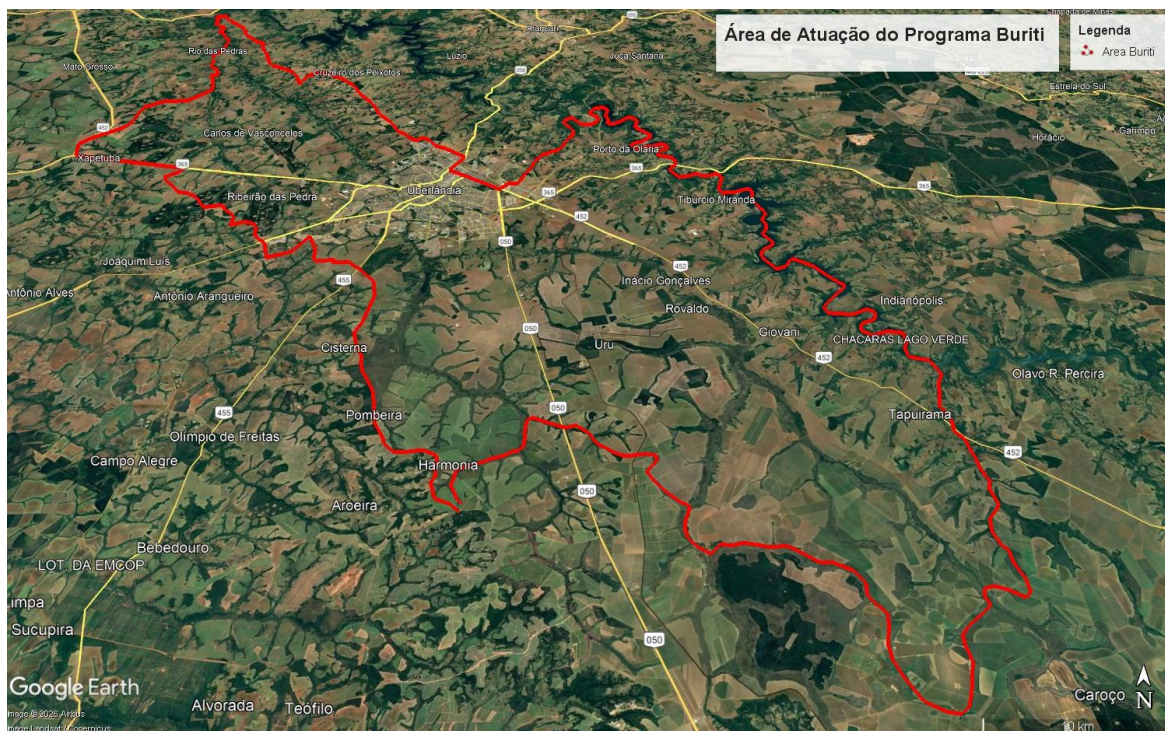


Figura 1: Área de Atuação do Programa Buriti. (Fonte: do autor)

5.3. O presente instrumento prevê a possibilidade de ajustes no escopo do contrato, para atender a necessidades imprevisíveis e características específicas do serviço em questão.

5.4. As seguintes situações poderão ensejar ajustes no escopo do contrato:

- Alterações no cronograma de atendimento às propriedades: O cronograma de atendimento às propriedades poderá ser ajustado em função de demandas imprevisíveis, como novas áreas de erosão, estradas em condições precárias, necessidade de intervenção em áreas de risco, entre outras.
- Variação na quantidade de horas-máquina em cada propriedade: A quantidade de horas-máquina poderá ser ajustada para mais ou para menos em cada propriedade, de acordo com as necessidades de cada propriedade e com os fatores que interferem na execução dos serviços, como as condições climáticas, as características do terreno e a disponibilidade de recursos.
- Desistência ou inclusão de propriedades: Poderão ser subtraídas ou adicionadas propriedades no cronograma de atendimento, em caso de desistência de produtores participantes ou inclusão de novos produtores

cadastrados no Programa Buriti, desde que as propriedades adicionadas estejam localizadas nas áreas de atuação do programa (a montante das captações do Rio Uberabinha, Ribeirão Bom Jardim e Represa Capim Branco).

5.5. Os ajustes no escopo do contrato não alterarão a previsão total de horas-máquina contratadas, mas permitirão a redistribuição das horas entre as propriedades atendidas, conforme as necessidades do Programa Buriti. Os ajustes serão previamente informados à Contratada, garantindo a transparência e a previsibilidade do processo.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos necessários, em perfeito estado de funcionamento e em conformidade com as quantidades estimadas e qualidades definidas na tabela constante no item 1.1. A Contratada deverá realizar a manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, garantindo sua plena disponibilidade e o bom andamento dos serviços. Em caso de necessidade de substituição de algum equipamento, a Contratada deverá fazê-lo no prazo máximo de **6 (seis) horas**, sem ônus para a Contratante.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. Todas as informações relevantes para o dimensionamento da proposta foram devidamente descritas nesse Termo de Referência, não havendo outras informações relevantes para destacar.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido no art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.1. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.2. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais

penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.11. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.11.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I.

7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.2. não produzir os resultados acordados,

7.2.3. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.4. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede que a Administração utilize outros mecanismos para avaliar a execução dos serviços.

Do Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 dias pelo fiscal mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para adotar as providências cabíveis.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo fiscal do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os procedimentos previstos no Decreto Municipal nº 20.154/2023 ou outro instrumento que vier a substituí-lo ou regulamentá-lo.

7.8. Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

Liquidação

7.13. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, inciso I do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

7.13.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos

valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.16. Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

7.17. As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

7.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante

consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei Federal nº 14.133/ 2021](#).

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154 de 1º de fevereiro de 2023.

7.25.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

7.26. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

Forma de pagamento

7.27. Para pagamento das **medições mensais** a Contratada deverá encaminhar ao Gestor do contrato os seguintes documentos:

- a) Relatório Fotográfico, conforme modelo abaixo:

MODELO DE RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO (NO MÁXIMO 08 FOTOS (02 páginas) PARA ILUSTRAR A MEDIÇÃO)	
Contrato n.º: ____/____/____	Medição n.º: ____/____/____
Nome da Contratada: _____	
Período medido: De ____/____/____ até ____/____/____	
Objeto contratual: _____	
FOTO N.º 1 Data: ____/____/____	FOTO N.º 2 Data: ____/____/____
Espaço para FOTO N.º 1. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.	Espaço para FOTO N.º 2. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.
FOTO N.º 3 Data: ____/____/____	FOTO N.º 4 Data: ____/____/____
Espaço para FOTO N.º 3. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.	Espaço para FOTO N.º 4. Favor não distorcer a foto (não puxar os cantos). Atentar para a qualidade da fotografia (clareza e foco no objeto definido). Fotografia na posição horizontal.
Localização da(s) foto(s): Foto N.º 1 / Foto N.º 2 / Foto N.º 3 / Foto N.º 4	
Autoria da(s) fotografia(s): _____	
Gestor contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal contrato (DMAE): _____	N.º CPF: _____
Fiscal obra (DMAE): _____	N.º CPF: _____
* N.º REGISTRO para Técnica, Engenheiro ou Arquiteto fiscal da obra	N.º CREA/CAU: _____
Data: ____/____/____	Carimbo/Ass. R.T. da contratada: _____
	N.º CREA/CAU: _____ N.º CPF: _____
OBS.: O arquivo/relatório deverá ser salvo em pdf no modelo: anomesda - n.º contrato-ano - nome da contratada EXEMPLO: 20200310 - 170-2019 - CONSTRUTORA	

- b) Requerimento;
- c) Planilha de Medição, conforme Anexo II;
- d) Boletim Diário de Ocorrência (BDO);
- e) As respectivas cópias dos registros trabalhistas (livro de registro de empregados), além dos comprovantes de recolhimentos de encargos sociais e dos pagamentos de salários aos empregados executores dos serviços prestados;
- f) Cópia da **DCTFWeb**, referente ao período da solicitação do pagamento;

- g) Comprovante de pagamento/quitação dos tributos, impostos e contribuições da **DCTFWeb**, ou seja, documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF) Previdenciário comprovando o recolhimento do INSS de acordo com a **DCTFWeb** do período da solicitação de pagamento;
- h) Recolhimento do FGTS relativa ao período de execução constante da medição dos serviços;
- i) GFIP relativa ao período de execução constante da medição dos serviços;
- j) Folha de pagamento dos empregados;
- k) Recibos salariais;
- l) Cartões de ponto;
- m) Cópia dos controles de entrega de EPI's e dos comprovantes de treinamento quanto ao uso dos mesmos;
- n) Mensalmente, a Contratada deverá fornecer a listagem com nomes dos empregados que prestaram os serviços contratados pelo DMAE, objetos deste contrato. Os encarregados e supervisores farão a devida conferência;
- o) A Contratada deve apresentar, num **prazo de 30 dias** após à assinatura do Contrato, os seguintes documentos:
- Cópia do PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos, especificadamente das atividades e ambientes ocupacionais reconhecidos/avaliados segundo as atividades e ambiente ocupacional objeto do contrato;
 - Cópia do PCMSO – Programa de Controle de Saúde Ocupacional do quadro de colaboradores, específico das funções objeto do Contrato;
 - Cópia do LTCAT (com indicação do percentual) – Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, específico das funções, enquadradas ou não como insalubres, periculosidade e/ou de aposentadoria especial, objeto do Contrato;
 - Cópias de ASO – Atestado de Saúde Ocupacional do quadro permanente e de novos contratados.
 - Laudo de Inspeção do Equipamento– Se pertinente ao objeto do contrato, a Contratada deverá apresentar na primeira medição e a cada substituição do veículo/máquina/moto.
- p) A cada nova medição deverá a Contratada apresentar separadamente ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE os seguintes documentos:
- Cópia de fichas de EPI assinadas pelos colaboradores;
 - Relação do quadro permanente e de novos colaboradores contratados;

- Recibos de pagamento de insalubridade ou de periculosidade, holerites - Quando o LTCAT apontar a existência da atividade insalubre NR15 ou periculosa NR16 – Anexo II, Anexo V;
 - Lista de colaboradores com direito a aposentadoria especial – Quando o LTCAT apontar a existência de tarefas com direito a aposentadoria especial.
- q) Quando o Colaborador fizer jus ao adicional de insalubridade – segundo LTCAT – a Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias de recibos de pagamento;
- r) A Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias dos certificados de capacitação e treinamento específico para operação de máquinas pesadas (Pá Carregadeira, Motoniveladora e Rolo Compactador), conforme NR 11, NR 12, de todos os operadores alocados na execução do contrato;
- s) A Contratada deverá apresentar ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE cópias dos certificados de capacitação nos seguintes cursos específicos, pertinentes ao objeto do contrato:
- Cópias de treinamento/capacitação específico para operação de Pá Carregadeira – NR 11, NR 12;
 - Cópias de treinamento/capacitação específico para operação de Motoniveladora – NR 11, NR 12;
 - Cópias de treinamento/capacitação específico para operação de Rolo Compactador – NR 11, NR 12;
 - Cópias da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) do motorista do caminhão pipa, conforme exigência do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para veículos e equipamentos com PBT superior a 6.000 kg;
 - Cópias de treinamento/integração e conscientização sobre o uso de EPI (NR 06) para todos os contratados;
- t) Caso ocorra acidente de trabalho com abertura de Comunicação de Acidente de Trabalho- CAT, a Contratada deverá enviar cópia da CAT ao Núcleo de Segurança do Trabalho do DMAE na primeira medição após o acidente;
- u) A Contratada somente receberá o pagamento da primeira medição após apresentar na íntegra toda a documentação mencionada. No caso de eventual erro nos documentos apresentados pela Contratada, estes serão a ela devolvidos para verificação, contando-se novo prazo para análise, aprovação e pagamento, a partir da data de sua

reapresentação. Em nenhuma hipótese a devolução dos documentos, para correção será considerado motivo para suspensão da execução do objeto contratado.

7.28. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.29. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.30. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

7.30.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.31. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar Federal nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.32. Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Obrigações do contratante

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.11. Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do contratado

8.14. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.15. Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

8.16. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

8.17. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

8.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.20. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.21. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

8.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.23. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.24. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

8.25. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

8.26. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.27. Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

8.28. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.31. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

8.32. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

8.33. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.34. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

Obrigações especiais

8.35. **Radiocomunicação operacional (radiocomunicadores):** A Contratada deverá disponibilizar e exigir o uso de radiocomunicador portátil individual para todos os colaboradores em campo, sendo um aparelho para cada operador/motorista, garantindo comunicação entre as equipes e com os técnicos, Fiscal e Gestor do Contrato do DMAE, em canal/frequência previamente definida em conjunto.

8.35.1. Especificação: RÁDIO TRANSCEPTOR | TIPO: PORTÁTIL | POTÊNCIA: 5 W | QUANTIDADE CANAIS: 16 UNIDADES |

8.35.2. Os equipamentos devem ser fornecidos pela Contratada, mantendo unidades de reserva suficientes para substituição imediata.

8.35.3. A operação deve ocorrer em faixa/canais regularizados, observando as regras da ANATEL e demais normas aplicáveis.

8.35.4. É obrigatória a manutenção preventiva/corretiva e a realização de testes operacionais diários antes do início das atividades.

8.35.5. A comunicação via rádio deverá permanecer disponível durante toda a jornada, sendo vedado permanecer incomunicável por falta de equipamento ou bateria. Qualquer falha deverá ser sanada imediatamente, sem prejuízo do serviço. O uso do rádio será exclusivamente operacional, devendo a Contratada orientar a equipe quanto à disciplina de comunicação e ao atendimento às solicitações da fiscalização.

8.35.6. A justificativa para o uso de radiocomunicadores se baseia no contexto da frente de serviço do Programa Buriti, que se situa na zona rural do município de Uberlândia, em propriedades localizadas a 15 a 70 km do centro urbano e áreas de relevo acidentado. A operação simultânea de múltiplas máquinas pesadas (pá carregadeira, motoniveladora, rolo compactador e caminhão pipa) em propriedades distintas, muitas vezes fora da área de cobertura de operadoras de telefonia móvel, impõe a necessidade de comunicação operacional independente de infraestrutura de terceiros.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO

Forma de seleção

9.1. 9.1. O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

9.1.1. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão da necessidade de execução integrada dos serviços, os quais possuem interdependência técnica e operacional, sendo inviável o parcelamento sem prejuízo à padronização, à eficiência, à economicidade e à qualidade da contratação, nos termos do art. 40, §2º e §3º da Lei Federal nº 14.133/2021. A planilha contempla múltiplos itens (máquinas e transportes), porém os serviços de conservação de solo e readequação de estradas exigem atuação simultânea e coordenada da motoniveladora, da pá carregadeira, do caminhão pipa e do rolo compactador. A eventual divisão do objeto entre diferentes fornecedores comprometeria a logística operacional, dificultaria a fiscalização contratual, prejudicaria o cronograma de execução e aumentaria o risco de descontinuidade dos serviços.

Critério de julgamento da proposta

9.2. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem com quaisquer itens acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender os itens a seguir.

9.4. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a mesma deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inc. II, da mesma Lei.

Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista

9.5. Serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no Apêndice deste Termo.

Vistoria Prévia

9.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo

assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07 horas às 16 horas.

9.7. O interessado deverá entrar em contato com a equipe técnica da demandante através do telefone (34) 3233-2564 ou (34) 99249-8515 até 5 (cinco) dias antes da sessão de licitação para marcar a vistoria.

9.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, sendo vedada a realização de visitas com mais de um licitante ao mesmo tempo.

9.8.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

9.10. A vistoria prévia facultativa pode ser substituída por declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços.

9.11. A licitante, comparecendo presencialmente ou não à vistoria técnica, deverá emitir o seguinte documento que será apresentado juntamente com a documentação técnica, conforme subitem nº 9.12 deste Termo de Referência:

9.11.1. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço após a realização da visita.

9.11.2. atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço mesmo sem ter realizado a visita.

9.11.3. declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação independentemente da visita.

**9.12. MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA /
CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:**

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por seu/sua representante legal _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, declara, para fins de comprovação junto ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio, relativamente à Licitação nº _____, que:

(assinalar a opção aplicável)

() o(a) Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e no RG nº _____, representando a empresa, compareceu ao local onde será executado o objeto da licitação, tomando conhecimento de todas as condições e peculiaridades que possam, de qualquer forma, influir sobre o custo, preparação de documentos, proposta e execução do objeto da licitação;

() conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço, bem como todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, mesmo sem ter realizado a visita técnica, assumindo integral responsabilidade por sua proposta e pela execução do objeto contratual;

() declara formalmente, por meio de seu responsável técnico Sr(a). _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, no RG nº _____ e no CREA nº _____, que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação, das características do local, das exigências técnicas e operacionais e das condições necessárias para a execução do objeto da licitação, independentemente da realização de visita técnica, assumindo integral responsabilidade por eventuais custos decorrentes de sua execução.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza os efeitos legais.

Local, data.

Assinatura

(razão social)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

9.13. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional CREA (CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA), em plena validade, nos termos do art. 67, inciso V da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.13.1. Esta exigência é necessária pois o objeto envolve prestação de serviços técnicos enquadráveis no âmbito fiscalizado pelo Sistema Confea/CREA, exigindo a indicação de responsável técnico e a formalização da responsabilidade mediante ART. Nos termos do art. 59 da Lei nº 5.194/1966, empresas organizadas para executar obras ou serviços dessa natureza somente podem iniciar suas atividades após

promover o competente registro no CREA, bem como o registro dos profissionais do seu quadro técnico. Além disso, a ART é obrigatória em contratos de execução de obra ou prestação de serviço de Engenharia/Agronomia (Lei nº 6.496/1977), e sua emissão pressupõe registro/visto ativo da empresa no CREA da região onde a atividade será realizada.

9.14. Comprovação de aptidão para a execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior a do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que traga expressamente o nome da empresa ora licitante como executora, nos termos do art. 67, inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.14.1. Os atestados de capacidade técnica serão exigidos para o item **03 - LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA, COM OPERADOR.**

9.14.2. Serão exigidos quantitativos mínimos equivalentes a **50%** dos itens mencionados na subcláusula anterior.

9.14.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.14.4. Esta exigência se faz necessária pois a locação de motoniveladora com operador constitui o item de maior relevância técnica e financeira da contratação, sendo equipamento indispensável tanto para a construção de terraços em nível (com profundidades variando de 0,50 a 1,20 metros conforme o declive do terreno) quanto para a readequação de estradas rurais (elevação de greide, conformação da pista de rolamento e melhoria da drenagem) nas propriedades atendidas pelo Programa Buriti. A operação de motoniveladora em condições de campo adversas — relevo acidentado, solos heterogêneos, estradas não pavimentadas e propriedades distanciadas de 15 a 70 km do centro urbano — exige comprovada capacidade técnica e operacional da contratada, sob pena de comprometimento da qualidade das estruturas de conservação de solo e contenção de água pluvial, com reflexos diretos na proteção dos mananciais de abastecimento público e na segurança hídrica da população

uberlandense. A exigência de quantitativos mínimos equivalentes a 50% do item atende ao limite legal previsto no art. 67, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, mostrando-se proporcional à complexidade do objeto sem restringir indevidamente a competitividade do certame, sendo ainda admitido o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante (§2º do art. 67), o que amplia as possibilidades de comprovação pelas licitantes.

9.15. Apresentação de contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços objeto deste contrato, em períodos sucessivos ou não.

9.15.1. Será aceito o somatório de documentos, sendo os períodos concomitantes computados uma única vez.

9.15.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após decorrido, no mínimo, um ano do início da execução do respectivo contrato. Não serão aceitos atestados de contratos com duração inferior a um ano.

9.15.3. Esta exigência se faz necessária pois os serviços objeto da contratação possuem caráter continuado e demandam execução em condições operacionais complexas — operação de equipamentos pesados (motoniveladora, pá carregadeira, rolo compactador e caminhão pipa) em zona rural, com relevo acidentado, composição heterogênea de solo e acessos predominantemente não pavimentados, distanciados de 15 a 70 km do centro urbano. A comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano visa assegurar que o fornecedor possua maturidade operacional e logística comprovada para manter a continuidade dos serviços com qualidade, incluindo capacidade de gestão de frota, manutenção preventiva e corretiva com substituição de equipamentos no prazo máximo de 6 horas, e coordenação simultânea de múltiplos equipamentos em diferentes propriedades rurais. A natureza dos serviços — conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e readequação de estradas — exige conhecimento acumulado sobre as particularidades sazonais, climáticas e geotécnicas que somente a experiência continuada é capaz de proporcionar, minimizando riscos de inexecução contratual e assegurando a proteção dos mananciais de abastecimento público e a

segurança hídrica da população uberlandense, conforme os objetivos do Programa Buriti. A exigência encontra amparo no art. 67, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.16. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.17. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.18. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.19. Para fins de habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração de Compromisso de Vínculo Profissional, na qual se comprometa, caso venha a ser declarado vencedor, a comprovar, no prazo e nas condições estabelecidos no item 10 deste Termo de Referência, o vínculo dos profissionais que integrarão a equipe técnica responsável pela execução do objeto, nos termos do art. 67, inciso III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.19.1. A presente exigência, nesta fase, restringe-se à declaração de compromisso mencionada no item anterior, não sendo necessária a indicação prévia nominal do engenheiro responsável técnico nem a apresentação imediata da comprovação integral das instalações, do aparelhamento ou da equipe técnica, os quais deverão ser demonstrados oportunamente, como condição especial para assinatura da ata ou do contrato, conforme disciplinado no item 10.

9.19.2. A comprovação efetiva do atendimento aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis à execução do objeto, especialmente quanto à regularidade da documentação das máquinas e veículos, à habilitação dos condutores, bem como ao cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, será exigida da licitante vencedora como condição especial para assinatura da ata de registro de preços ou do contrato, na forma do item 10 deste Termo de Referência.

9.19.3. Tal exigência se justifica porque a execução do objeto envolve a operação e o transporte de máquinas e veículos pesados, tais como motoniveladora, rolo compactador, pá carregadeira e caminhão pipa, em vias públicas e estradas rurais, demandando observância ao Código de Trânsito Brasileiro – Lei Federal nº 9.503/1997 –, às normas de segurança do trabalho e às demais exigências legais e regulamentares pertinentes, a fim de garantir a segurança dos trabalhadores, de terceiros e a regularidade da execução contratual.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL

9.20. Comprovação que a empresa possui em seu corpo técnico, na data de apresentação da proposta, profissional(ais) de nível superior, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviços de características semelhantes e compatíveis com o objeto desta licitação;

9.21. O(s) referido(s) atestado(s) técnico(s) poderá(ão) ser firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado e deverá(ão) ter sido emitido(s) em nome de profissional(ais) comprovadamente integrante(s) do quadro permanente da licitante, na data de apresentação da documentação para habilitação e pertencente(s) ao corpo de Responsáveis Técnicos da empresa;

9.22. A comprovação de que o profissional pertence ao corpo técnico da licitante será estabelecida pela apresentação de cópia da carteira de trabalho (Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - cópia da folha de identificação do trabalhador e da folha de registro do contrato de trabalho) ou ficha de registro de empregados em que conste o licitante como contratante, pela vinculação societária ou pela qualidade de diretor da empresa, do contrato de prestação de serviços, ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional;

9.23. O(s) atestado(s) deve(m) estar devidamente registrado(s) no CREA, comprovando que o(s) profissional(ais) executou(aram) ou participou(aram) da execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos, com itens relevantes aqui licitados;

9.24. O(s) atestado(s) técnico(s) emitido(s) em nome do(s) profissional(ais) de nível superior somente poderá(ão) ser utilizado(s) por uma única empresa licitante, nesta licitação. Caso o(s) mesmo(s) atestado(s) seja(m) apresentado(s) por mais de uma licitante, o(s) mesmo(s) não será(ão) considerado(s) como documento(s) comprovador(es) da qualificação técnica requerida;

9.25. a determinação da similaridade exigida será obtida pela abrangência dos itens de maior relevância técnica e valor significativo, que deverá(ão) constar do(s) atestado(s) apresentado(s), conforme abaixo indicado.

9.26. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.27. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.27.1. Para o Engenheiro ou outro profissional com atribuições compatíveis ao objeto, profissional que assumirá a responsabilidade técnica pela execução dos serviços:

a) supervisão técnica de serviços de terraplenagem, conservação de solo ou readequação de estradas em ambiente rural.

9.28. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10. CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ASSINATURA DA ATA OU DO CONTRATO

10.1. Para a assinatura da ata ou do contrato, no prazo de até 03 (três) dias contados do recebimento da convocação pela Administração, cumprirá ao licitante apresentar o(s) seguinte(s) documento(s):

10.1.1. Comprovação da disponibilidade do responsável técnico indicado na fase de habilitação.

10.1.2. Apresentação da Certidão de Registro e Quitação da pessoa jurídica junto ao CREA, válida na data da assinatura.

10.1.3. Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quando exigível, referente à execução contratual.

10.1.4. Comprovação da disponibilidade dos equipamentos exigidos no item 1.1 deste Termo de Referência, mediante apresentação de documentação idônea, tais como:

a) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV, quando aplicável;

b) nota fiscal de aquisição;

c) contrato de locação, arrendamento ou comodato;

d) declaração de disponibilidade acompanhada de documento comprobatório.

10.2. Comprovação do ano de fabricação dos equipamentos, em conformidade com o limite máximo previsto neste Termo de Referência.

10.3. Apresentação da documentação legal exigida para circulação e operação de veículos, máquinas e condutores, incluindo, quando aplicável:

- a) CRLV;
- b) documentação dos condutores;
- c) Carteira Nacional de Habilitação – CNH compatível;
- d) demais documentos exigidos pela legislação de trânsito.

10.4. Apresentação dos certificados de capacitação e treinamento dos operadores e motoristas, conforme NR 06, NR 11, NR 12 e demais normas aplicáveis.

10.5. Prestação da garantia contratual, quando exigida, na forma prevista neste Termo de Referência e nos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.6. Os equipamentos poderão ser submetidos à vistoria prévia pela equipe técnica da Contratante antes da emissão da Ordem de Serviço, para verificação das condições de conservação, segurança, funcionamento e adequação às especificações contratuais.

10.7. A não apresentação de qualquer dos documentos ou comprovações exigidos neste item, no prazo estabelecido pela Administração, poderá ensejar a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis e da convocação dos licitantes remanescentes, na forma da legislação aplicável.

10.8. As exigências previstas neste item não se confundem com os documentos de habilitação, consistindo em requisitos complementares de natureza operacional, técnica e documental necessários à formalização da contratação e ao início regular da execução contratual.

11. REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei nº 14.651, de 17 de dezembro de 2025: 17.01.17.512.18.4.049.3.3.9.0.39 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica - Diretoria Meio Ambiente Sustentabilidade.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

Uberlândia, 27 de abril de 2026.

Morony Martins Oliveira

Engenheiro Agrônomo

Matrícula: 3172-0

DIRETORA DE MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE - DMAE

APÊNDICE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Habilitação jurídica

- A. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- B. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- C. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- D. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- E. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- F. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- G. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- H. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o

aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei Federal nº 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

(1) ata de fundação;

(2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

(3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

(4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

(5) três registros de presença dos cooperados que executarão o

contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

(6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

I. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

J. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

K. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

L. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

M. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

N. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;

O. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

P. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Q. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

R. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

S. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.

T. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.

Habilitação econômico-financeira

A documentação para habilitação econômico-financeira, caso exigida, consta no Termo de Referência.

Qualificação técnica

A documentação para qualificação técnica, caso exigida, consta no Termo de Referência.

ANEXO I- INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará um ou mais indicadores, contendo as respectivas metas a cumprir.

O Indicador proposto implica em variável que está sob controle da Administração e permite a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

A avaliação analisará itens como:

- Execução em conformidade à Ordem de Serviço;
- Execução do serviço em tempo hábil;
- Qualidade do serviço, atentando-se à perfeita execução.
- Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços;
- Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços;
- Recusa ao atendimento de ordem de serviço, sem motivo justificado;
- Execução de serviço sem prévia autorização;
- Não danificar os espaços do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Uberlândia e/ou propriedades rurais parceiras durante a execução dos serviços;
- Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços;
- Apresentação dentro do prazo de notas fiscais/relatórios de entrega dos materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;
- Entrega da documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade;
- Entrega dos esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.
- A lista apresentada acima não é exaustiva, podendo ser propostos novos itens de avaliação.

A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base no indicador proposto e utilizará formulários de controle.

Os serviços poderão ser avaliados tanto no seu recebimento quanto na sua fase de execução.

Durante a prestação dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização poderá realizar vistoria aleatória nos locais de execução, podendo, a seu critério, repeti-la sempre que for necessária.

O resultado da avaliação mensal do indicador será entregue ao preposto da contratada até o 5º dia útil subsequente, a fim de que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

Segue abaixo os parâmetros de análise:

INDICADOR	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Cumprimento dos critérios e serviços relacionados na Tabela 1
Meta a cumprir	100% dos serviços realizados e adequados à perspectiva da Administração.
Instrumento de Medição	Planilha de Controle dos serviços executados, conforme modelo deste anexo.
Forma de acompanhamento	Realização mensal de inspeção, por parte da fiscalização do contrato, da execução dos serviços especificados, bem como dos critérios elencados na Tabela 1 e das demais disposições do Termo de Referência, conforme perspectiva de adequação da Administração e posterior lançamento do resultado na Planilha de Controle
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	% de serviços adequados executados dentro do mês de referência (total de serviços adequados executados dentro do mês de referência/total de serviços estabelecidos por período) * 100
Início da Vigência	Data do início da execução dos serviços
Faixas de Ajuste no Pagamento	85% a 100% dos serviços = recebimento de 100% da fatura. 75% a 84% dos serviços = recebimento de 95% da fatura. 65% a 74% dos serviços = recebimento de 85% da fatura. 59% a 64% dos serviços = recebimento de 80% da fatura
Sanção	Abaixo de 59% dos serviços = multa de 5% sobre o valor total da fatura alusiva aos serviços onde constatou-se o não cumprimento dos requisitos insertos na Tabela 1.

Tabela 1

Índice de Medição de Resultados - IMR			
ITEM	AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	ADEQUADO	INADEQUADO
1	Execução em conformidade à Ordem de Serviço.		
2	Execução do serviço em tempo hábil.		

3	Qualidade do serviço executado, atentando-se à perfeita execução.		
4	Limpeza e recolhimento de materiais das áreas de execução dos serviços.		
5	Conduta dos representantes, colaboradores e prestadores de serviços.		
6	Recusa ao atendimento de ordem de serviço, sem motivo justificado.		
7	Execução de serviço sem prévia autorização.		
8	Não danificar os espaços do DMAE e/ou das propriedades rurais durante a execução dos serviços.		
9	Comunicação por parte dos colaboradores à Administração, bem como ao responsável pela unidade, de qualquer anormalidade verificada durante a execução dos serviços.		
10	Entrega da documentação exigida no contrato ou solicitada pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.		
11	Entrega dos esclarecimentos formais solicitados para sanar possíveis inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação pelos Gestores e Fiscais do Contrato, com presteza e integralidade.		

PLANILHA DE CONTROLE DOS SERVIÇOS EXECUTADOS - MÊS DE REFERÊNCIA:

_____/____.

Avaliações dos Serviços (A)	Quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado (B)	Quantidade de itens avaliados e classificados como adequados (C)	Porcentagem do Serviço Realizado (D)
Prestação de Serviços	11	XX	XX%

(A) Todos os Serviços, Tarefas e Obrigações a serem executados pela Contratada de forma adequada à expectativa da Administração.
 (B) A quantidade de itens avaliados em cada serviço prestado seguirá o somatório dos itens discriminados na Tabela 1 e deverá ser preenchida por servidor formalmente designado pela Administração para a fiscalização do contrato.
 (C) A quantidade de itens avaliados e classificados como adequados corresponde ao somatório de avaliações do serviço efetivamente realizado e devidamente adequado à expectativa da Administração, especificados na Tabela 1.
 (D) A porcentagem do serviço realizado será mensurada mediante o cálculo $(C/B) \times 100$, ou seja, a quantidade de itens avaliados e classificados como adequados sobre a quantidade de

itens avaliados em cada serviço prestado (soma da Tabela 1), vezes 100 (cem). Este cálculo informará o percentual do serviço que foi realizado, ensejando o respectivo ajuste no pagamento.

Obs. 1 - Havendo casas decimais na porcentagem do serviço realizado (D), arredondar para o percentual inteiro abaixo, exemplo: 89,47%=89%

Obs. 2 - O levantamento dos serviços e as respectivas avaliações serão realizadas pelo Fiscal do Contrato designado pela Administração.

Obs. 3 - Durante a execução dos serviços e após sua conclusão por parte da contratada, a fiscalização realizará vistoria aleatória nos postos de serviço contratados.

FICHA DE AVALIAÇÃO

UNIDADE:	DATA: ____/____/____
PROCESSO:	MÊS/ANO DE REFERÊNCIA:
FISCAL DO CONTRATO:	CONTRATO:
MATRÍCULA:	CNPJ:
ASSINATURA: _____	EMPRESA:

ANEXO III – MODELO DE PLANILHA DE MENDIÇÃO MENSAL

[illegible]

TERMO DE REFERÊNCIA

							TOTAIS								
CONTRATADA							CONTRATANTE								
<div>Representante Legal Contratada</div> <div></div>							Fiscal do Contrato:		<div></div>						
							Fiscal Administrativo:		<div></div>						
							Gestor do Contrato:		<div></div>						

Nome Arquivo: TR Horas.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 27/04/2026 08:33:47



ASSINATURA DIGITAL

4572b8f08dd28c065791405463b3a688

Nome Arquivo: TR Horas.pdf

Documento autenticado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA

Certificado: **9529066e***92ced101**86ce1*****73e1**

Data Validade Certificado: 12/08/2026

Data: 27/04/2026



ASSINATURA DIGITAL

76b58611c6c779ae913140f8b579f3b1

Nome Arquivo: TR Horas.pdf

Documento autenticado de forma digital por ARTHUR ROSA PUBLIO

Certificado: **1a6b2080***97a83a73**0c9e6*****ad45**

Data Validade Certificado: 21/07/2026

Data: 27/04/2026



ASSINATURA DIGITAL

f70eac5e64ad4029b029eb0142711750

Metodologia de Pesquisa de Preços

Os preços de referência que compõem este orçamento foram obtidos por meio de consulta ao Painel de Preços do Governo Federal, ferramenta oficial de pesquisa de preços praticados pela Administração Pública. Os dados foram extraídos em formato CSV disponibilizado pelo painel através de websítio [Streamlit](#), sendo posteriormente submetidos a um processo estruturado de filtragem e seleção para garantir a confiabilidade e a auditabilidade das cotações apresentadas.

Para cada item orçado, foram selecionadas três compras governamentais efetivamente realizadas, obedecendo aos seguintes critérios de filtragem: quanto à temporalidade, consideraram-se apenas compras realizadas nos últimos 180 dias em relação à data da consulta; quanto à consistência de preço, foram excluídos valores atípicos (outliers) e admitida dispersão máxima de 25% entre o menor e o maior preço unitário dentre as compras selecionadas; quanto à geolocalização, priorizaram-se, nesta ordem, compras realizadas no estado de Minas Gerais, em estados limítrofes (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Goiás, Distrito Federal e Mato Grosso do Sul) e, subsidiariamente, nos demais estados da federação.

Cada compra selecionada é apresentada com os dados necessários à sua rastreabilidade e verificação, incluindo identificadores da compra e do item, descrição completa, código CATMAT, preço unitário, quantidade, unidade de fornecimento, marca, dados do fornecedor com CNPJ, órgão contratante com código UASG, localidade e data da aquisição.

← → ↺

suportadoslives.streamlit.app

e-DOCS WEBCOMPRAS Caixa de entrada (3... Streamlit Painel de Compras ~...

Código do Item de Catálogo

288774

Itens por página

500

– +

Consultar

Total de páginas: 1 | Páginas restantes: 0

	ID Compra	ID Item	Forma	Modalidade	Critério Julgamento	Nº Item	Descrição do Item
0	73310006000242025	10435924	SISPP	6	1	1	RÁDIO TRANSC
1	38024805900242025	10571591	SISPP	5	V	67	RÁDIO TRANSC
2	12006005900932025	9835328	SISRP	5	V	83	RÁDIO TRANSC
3	12006005900932025	9835326	SISRP	5	V	81	RÁDIO TRANSC
4	12006005900932025	9835327	SISRP	5	V	82	RÁDIO TRANSC
5	12006005900932025	9835325	SISRP	5	V	80	RÁDIO TRANSC
6	16054705900062025	9625245	SISRP	5	V	34	RÁDIO TRANSC
7	16054705900062025	9625244	SISRP	5	V	33	RÁDIO TRANSC
8	78000006900542025	9311018	SISPP	6	1	3	RÁDIO TRANSC
9	74001506900312025	8981777	SISPP	6	1	1	RÁDIO TRANSC

Download dos dados em CSV

Relatório gerado dia: 24/11/2025 às 10:00 Fonte:
paineldepregos.planejamento.gov.br

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 177,67	R\$ 180,00	R\$ 168,00

Quantidade total de registros: 3 Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS Código Material/Serviço: 288774 Período da Compra:
Comprado Últimos 180 dias

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

- Identificação da Compra: 38024805900242025
- Número do Item: 67
- Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais diversos
- Quantidade Ofertada: 40
- Valor Proposto Unitário: -
- Valor Unitário do Item: R\$ 180,00
- Código do CATMAT: 288774
- Descrição do Item: RÁDIO TRANSCEPTOR | TIPO: PORTÁTIL | POTÊNCIA: 5 W | QUANTIDADE CANAIS: 16 UN | FREQUÊNCIA MODULAÇÃO: VHF - 148 A 174 MHZ | ACESSÓRIOS: BATERIA COM CARREGADOR
- Descrição Complementar:
- Unidade de Fornecimento: UNIDADE
- Modalidade da Compra: Pregão
- Forma de Compra: SISPP
- Marca: Baofeng OU similar
- Data do Resultado: 24/11/2025

DADOS DO FORNECEDOR

- Nome do Fornecedor: MATREN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA

- CNPJ/CPF: 62645501000182
- Porte do Fornecedor: -

DADOS DO ÓRGÃO

- Número da UASG: 380248 - ESP-PENITENCIARIA DE FRANCA
 - Órgão: ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA
 - Órgão Superior: -
-

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

- Identificação da Compra: 12006005900932025
- Número do Item: 82
- Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de Eletroeletrônicos, Eletromecânicos e Acessórios.
- Quantidade Ofertada: 49
- Valor Proposto Unitário: -
- Valor Unitário do Item: R\$ 168,00
- Código do CATMAT: 288774
- Descrição do Item: RÁDIO TRANSECTOR | TIPO: PORTÁTIL | POTÊNCIA: 5 W | QUANTIDADE CANAIS: 16 UN | FREQUÊNCIA MODULAÇÃO: VHF - 148 A 174 MHZ | ACESSÓRIOS: BATERIA COM CARREGADOR
- Descrição Complementar:
- Unidade de Fornecimento: UNIDADE
- Modalidade da Compra: Pregão
- Forma de Compra: SISRP
- Marca: Radio
- Data do Resultado: 16/10/2025

DADOS DO FORNECEDOR

- Nome do Fornecedor: MF LAN NEGOCIOS LTDA
- CNPJ/CPF: 34982586000159

- Porte do Fornecedor: -

DADOS DO ÓRGÃO

- Número da UASG: 120060 - ACADEMIA DA FORÇA AEREA
 - Órgão: COMANDO DA AERONÁUTICA
 - Órgão Superior: -
-

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

- Identificação da Compra: 25011006904082025
- Número do Item: 1
- Objeto da Compra: Aquisição de Rádios Comunicadores (HTs), Power Banks (baterias externas portateis), e Máquinas de produzir gelo
- Quantidade Ofertada: 10
- Valor Proposto Unitário: -
- Valor Unitário do Item: R\$ 185,00
- Código do CATMAT: 288774
- Descrição do Item: RÁDIO TRANSCEPTOR | TIPO: PORTÁTIL | POTÊNCIA: 5 W | QUANTIDADE CANAIS: 16 UN | FREQUÊNCIA MODULAÇÃO: VHF - 148 A 174 MHZ | ACESSÓRIOS: BATERIA COM CARREGADOR
- Descrição Complementar:
- Unidade de Fornecimento: UNIDADE
- Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
- Forma de Compra: SISPP
- Marca: Baofeng
- Data do Resultado: 09/07/2025

DADOS DO FORNECEDOR

- Nome do Fornecedor: G. ELISSA LUERSEN LTDA
- CNPJ/CPF: 60531476000180
- Porte do Fornecedor: -

DADOS DO ÓRGÃO

- Número da UASG: 250110 - SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
- Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
- Órgão Superior: -

Nome Arquivo: Orcamento radiocomunicadores.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 13/04/2026 10:02:55



ASSINATURA DIGITAL

656ca250e1700f48d7eca74ea025cefb

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE - REGIÃO: SINAPI - Belo Horizonte/MG (MÊS: Janeiro /2026 NÃO DESONERADA)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	BDI (%)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR	HORA	1.760	171,14	31,16%	224,46	395.049,60
2	COMP.MN001	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR	HORA	880	255,28	31,16%	334,82	294.641,60
3	COMP.RC001	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR	DIARIA	110	1.481,65	31,16%	1.943,33	213.766,30
4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM	DIARIA	110	2.036,85	31,16%	2.671,53	293.868,30
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA	Unid.	20	2.604,00	31,16%	3.415,40	68.308,00
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON	Unid.	10	5.152,00	31,16%	6.757,36	67.573,60
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON	Unid.	10	2.979,20	31,16%	3.907,51	39.075,10
							TOTAL	1.372.282,50

Obs: Foi utilizado a fórmula truncar em duas casas decimais.

TOTAL CUSTOS (SEM BDI)	R\$ 1.046.279,80
BDI	R\$ 326.002,70
TOTAL PREÇOS (COM BDI)	R\$ 1.372.282,50

RESUMO MÃO DE OBRA + EQUIPAMENTO + MATERIAL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MÃO DE OBRA		EQUIPAMENTO		MATERIAL		PREÇO TOTAL	
					%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR	HORA	1.760	15,23%	60.154,59	58,10%	229.514,33	26,68%	105.380,66	100,00%	R\$ 395.049,60
2	COMP.MN001	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE	HORA	880	14,34%	42.260,74	52,85%	155.720,44	32,81%	96.660,42	100,00%	R\$ 294.641,60
3	COMP.RC001	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR	DIARIA	110	10,76%	23.000,39	52,56%	112.358,77	36,68%	78.402,63	100,00%	R\$ 213.766,30
4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM	DIARIA	110	10,93%	32.124,50	32,39%	95.186,29	56,68%	166.557,49	100,00%	R\$ 293.868,30
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA	Unid.	20	12,31%	8.411,58	32,17%	21.973,18	55,52%	37.923,24	100,00%	R\$ 68.308,00
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON	Unid.	10	12,31%	8.321,15	32,17%	21.736,94	55,52%	37.515,51	100,00%	R\$ 67.573,60
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON	Unid.	10	12,31%	4.811,79	32,17%	12.569,60	55,52%	21.693,71	100,00%	R\$ 39.075,10
TOTAIS					13,05%	R\$ 179.084,74	47,30%	R\$ 649.059,55	39,65%	R\$ 544.133,66	100,00%	R\$ 1.372.282,50

CUSTOS ADICIONAIS						
1. SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA						
Fonte: SINAPI Não Desonerado — Minas Gerais — Janeiro/2026						
Nº	Descrição	Quantidade (horas/mês)	Valor Unitário (R\$/hora)	Total Mensal (R\$)	Nº de Meses	Total Global (R\$)
1	Serviços Técnicos de Engenharia (acompanhamento/fiscalização) Código SINAPI: 2706 (ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA))	32	R\$ 135,42	R\$ 4.333,44	5	R\$ 21.667,20
TOTAL ENGENHARIA				R\$ 4.333,44		R\$ 21.667,20

2. RADIOCOMUNICADORES PORTÁTEIS — PESQUISA DE PREÇOS (Painel de Preços / Compras.gov.br)						
Fonte: Painel de Preços (ComprasNet) — CATMAT 288774 — Compras Públicas Federais						
Nº	Compra		Preço Unitário		Data da Compra	Total (5 unid.) (R\$)
1	COMPRA 1		R\$ 180,00		24/11/2025	R\$ 900,00
2	COMPRA 2		R\$ 168,00		16/10/2025	R\$ 840,00
3	COMPRA 3		R\$ 185,00		09/07/2025	R\$ 925,00
VALOR MÉDIO ESTIMADO			R\$ 177,67			R\$ 888,33
Quantidade contratada : 5 unidades (1 por equipamento/operador). Aquisição única						
Descrição : RÁDIO TRANSECTOR TIPO: PORTÁTIL POTÊNCIA: 5 W QUANTIDADE CANAIS: 16 UN FREQUÊNCIA MODULAÇÃO: VHF - 148 A 174 MHZ ACESSÓRIOS: BATERIA COM CARREGADOR — CATMAT 288774.						
Custo total rateado (Total 5 unid. ÷ 5 máquinas):						R\$ 177,67

3. RESUMO CONSOLIDADO — CUSTOS ADICIONAIS						
	Componente				Custo Total (R\$)	Custo Total por máquina (dividido por 5) (R\$)
A	Serviços Técnicos de Engenharia (SINAPI Não Desonerado MG Jan/26)				R\$ 21.667,20	R\$ 4.333,44
B	Radiocomunicadores Portáteis VHF — Valor Médio (Painel de Preços)				R\$ 888,33	R\$ 177,67
TOTAL CUSTOS ADICIONAIS					R\$ 22.555,53	R\$ 4.511,10

NOTAS, FONTES E PREMISSAS	
1. O custo total por máquina deve ser somado ao custo unitário mensal na Planilha Orçamentária, formando o custo total geral de cada máquina.	

		Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26							
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (R\$)	DURAÇÃO					
				MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR	395.049,60	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				79.009,92	79.009,92	79.009,92	79.009,92	79.009,92	
2	COMP.MN001	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR	294.641,60	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				58.928,32	58.928,32	58.928,32	58.928,32	58.928,32	
3	COMP.RC001	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR	213.766,30	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				42.753,26	42.753,26	42.753,26	42.753,26	42.753,26	
4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR	293.868,30	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				58.773,66	58.773,66	58.773,66	58.773,66	58.773,66	
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA	68.308,00	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				13.661,60	13.661,60	13.661,60	13.661,60	13.661,60	
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON	67.573,60	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				13.514,72	13.514,72	13.514,72	13.514,72	13.514,72	
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON	39.075,10	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				7.815,02	7.815,02	7.815,02	7.815,02	7.815,02	
		PERCENTUAL MENSAL:		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
		VALORES MENSAL:		274.456,50	274.456,50	274.456,50	274.456,50	274.456,50	
		PERCENTUAL ACUMULADO:		20,00%	40,00%	60,00%	80,00%	100,00%	
		VALORES ACUMULADO:		274.456,50	548.913,00	823.369,50	1.097.826,00	1.372.282,50	

COMPOSIÇÃO DO BDI			
Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acordão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)			
¹ Itens Componentes do BDI:			
² 1. Administração Central da Contratada (AC%)			4,93%
2. Encargos Financeiros (EF%)			0,99%
3. Taxa de Risco, Seguros e Garantia (RG%)			2,36%
3.1	Taxa de Risco	1,39%	
3.2	Seguros e Garantias	0,97%	
4. Lucro (L%)			13,00%
5. Impostos e Tributos (IT%)			6,65%
5.1	PIS	0,65%	
5.2	Seguridade Social (COFINS)	3,00%	
5.3	CPMF	0,00%	
	Percentuais Variáveis		
5.4	CSLL	0,00%	
5.5	IRPJ	0,00%	
5.6	ISSQN	3,00%	³
5.7 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RENDA BRUTA) ..		0,00%	
6. BDI sobre o Custo Total Direto da Obra			31,16%

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

PÁ CARREGADEIRA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Item:	COMP.PC001
Serviço:	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR
Unidade:	H (Hora)

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
5940	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	CHP	0,90	R\$	175,24	R\$	157,71
5942	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	CHI	0,10	R\$	83,12	R\$	8,31
-	CUSTOS ADICIONAIS	HORA	0,0011364	R\$	4.511,10	R\$	5,12
						Total	R\$ 171,14



Equipamento:	99,01	58,0976%
Material:	45,46	26,6753%
Mão de Obra:	25,95	15,2271%
Total Composição:	170,42	100,0000%

Composição:	5940
Serviço:	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG
Unidade:	CHP

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
53857	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO PÁ CARREGADEIRA	H	0,00007	R\$	672.173,00	R\$	47,05
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	7,64	R\$	5,90	R\$	45,06
88301	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	35,54	R\$	35,54
89128	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO PÁ CARREGADEIRA	H	0,000056	R\$	672.173,00	R\$	37,64
89129	JUROS PÁ CARREGADEIRA	H	0,0000148	R\$	672.173,00	R\$	9,93
						Total	R\$ 175,24
						Custo Total	R\$ 175,24
		Equipamento:	104,19	57,8480%			
		Material:	49,97	27,7442%			
		Mão de Obra:	25,95	14,4079%			
		Total Composição:	180,11	100,0001%			

Composição:	5942
Serviço:	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG
Unidade:	CHI

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
88301	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	35,54	R\$	35,54
89128	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO PÁ CARREGADEIRA	H	0,000056	R\$	672.173,00	R\$	37,64
89129	JUROS PÁ CARREGADEIRA	H	0,0000148	R\$	672.173,00	R\$	9,93
						Total	R\$ 83,12
						Custo Total	R\$ 83,12
		Equipamento:	52,39	62,9990%			
		Material:	4,82	5,7961%			
		Mão de Obra:	25,95	31,2049%			
		Total Composição:	83,16	100,0000%			

Composição:	88301						
Serviço:	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4248	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	H	1	R\$	29,38	R\$	29,38
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1	R\$	2,41	R\$	2,41
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
37372	EXAMES - HORISTA	H	1	R\$	1,57	R\$	1,57
37373	SEGURO - HORISTA	H	1	R\$	0,08	R\$	0,08
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1	R\$	0,03	R\$	0,03
43488	EPI - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
95364	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1	R\$	0,24	R\$	0,24
				Total	R\$	35,51	
				Custo Total		R\$	35,54
Equipamento:		-	-				
Material:		4,82	12,2149%				
Mão de Obra:		34,64	87,7851%				
Total Composição:		39,46	100,0000%				

Composição:	95364						
Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - HORISTA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4248	OPERADOR DE PA CARREGADEIRA	H	0,00857	R\$	29,38	R\$	0,24
				Total	R\$	0,24	
				Custo Total		R\$	0,24
Equipamento:		-	-				
Material:		-	-				
Mão de Obra:		0,24	100,0000%				
Total Composição:		0,24	100,0000%				

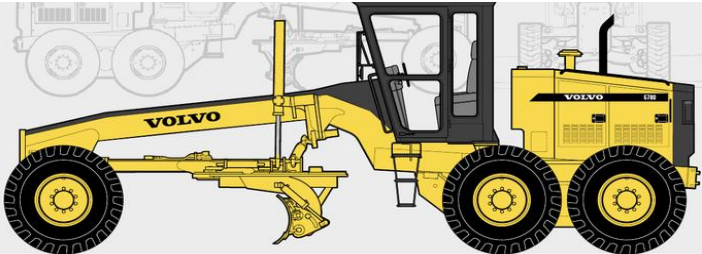
Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

MOTONIVELADORA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Item:	COMP.MN001					
Serviço:	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR					
Unidade:	H (Hora)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
5932	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	CHP	0,90	R\$ 265,92	R\$	239,32
5934	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	CHI	0,10	R\$ 108,48	R\$	10,84
-	CUSTOS ADICIONAIS	HORA	0,0011364	R\$ 4.511,10	R\$	5,12
						Total R\$ 255,28



Equipamento:	127,64	52,8508%
Material:	79,23	32,8061%
Mão de Obra:	34,64	14,3431%
Total Composição:	241,51	100,0000%

Composição:	5932					
Serviço:	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M					
Unidade:	CHP					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
5779	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,0000643	R\$ 1.165.000,00	R\$	74,90
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	13,99	R\$ 5,90	R\$	82,54
88300	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$ 45,46	R\$	45,46
89228	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,00004	R\$ 1.165.000,00	R\$	46,61
89229	JUROS MOTONIVELADORA	H	0,0000141	R\$ 1.165.000,00	R\$	16,42
						Total R\$ 265,92
						Custo Total R\$ 265,92
						Equipamento: 134,97 52,4950%
						Material: 87,50 34,0321%
						Mão de Obra: 34,64 13,4728%
						Total Composição: 257,11 99,9999%

Composição:	5934					
Serviço:	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M					
Unidade:	CHI					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
88300	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$ 45,46	R\$	45,46
89228	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,00004	R\$ 1.165.000,00	R\$	46,61
89229	JUROS MOTONIVELADORA	H	0,0000141	R\$ 1.165.000,00	R\$	16,42
						Total R\$ 108,48
						Custo Total R\$ 108,48
						Equipamento: 61,67 60,9809%
						Material: 4,82 4,7661%
						Mão de Obra: 34,64 34,2529%
						Total Composição: 101,13 99,9999%

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

MOTONIVELADORA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	88300						
Serviço:	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4239	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	1	R\$	39,22	R\$	39,22
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1	R\$	2,41	R\$	2,41
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
37372	EXAMES - HORISTA	H	1	R\$	1,57	R\$	1,57
37373	SEGURO - HORISTA	H	1	R\$	0,11	R\$	0,11
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1	R\$	0,03	R\$	0,03
43488	EPI - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
95363	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1	R\$	0,32	R\$	0,32
				Total		R\$	45,46
				Custo Total		R\$	45,46
Equipamento:		-	-				
Material:		4,82	12,2149%				
Mão de Obra:		34,64	87,7851%				
Total Composição:		39,46	100,0000%				

Composição:	95363						
Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4239	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	0,0085	R\$	39,22	R\$	0,32
				Total		R\$	0,32
				Custo Total		R\$	0,32
Equipamento:		-	-				
Material:		-	-				
Mão de Obra:		0,13	100,0000%				
Total Composição:		0,13	100,0000%				

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha. A utilização da função TRUNCAR justifica-se para mitigar o efeito cumulativo de arredondamentos em itens de larga escala, prevenindo o sobrepreço em estrita observância ao princípio da economicidade defendido pelo TCU.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Item:	COMP.RC001
Serviço:	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR
Unidade:	DIÁRIA

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
COMP.RC002	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M	H	8,00	R\$	180,08	R\$	1.440,64
-	CUSTOS ADICIONAIS	DÁRIA	0,0090909	R\$	4.511,10	R\$	41,01



Equipamento:	762,86	52,5628%
Material:	532,31	36,6774%
Mão de Obra:	156,16	10,7598%
Total Composição:	1.451,33	100,0000%

Total R\$ 1.481,65

Item:	COMP.RC002
Serviço:	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M
Unidade:	H (hora)

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
7049	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF 06/2014	CHP	0,70	R\$	222,29	R\$	155,60
7050	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHI DIURNO. AF 06/2014	CHI	0,30	R\$	81,62	R\$	24,48

Total R\$ 180,08

Custo Total R\$ 180,08

Equipamento:	95,36	52,5615%
Material:	66,54	36,6768%
Mão de Obra:	19,52	10,7596%
Total Composição:	181,42	99,9979%

Composição:	7049
Serviço:	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF_06/2014
Unidade:	CHP

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
7051	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR	H	0,0000533	R\$	789.650,00	R\$	42,08
7052	JUROS ROLO COMPACTADOR	H	0,00001440	R\$	789.650,00	R\$	11,36
7053	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR	H	0,0000667	R\$	789.650,00	R\$	52,67
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	14,92	R\$	5,90	R\$	88,02
88303	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	28,19	R\$	28,19

Total R\$ 222,29

Custo Total R\$ 222,29

Equipamento:	112,04	49,8953%
Material:	92,99	41,4117%
Mão de Obra:	19,52	8,6929%
Total Composição:	224,55	99,9999%

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	7050						
Serviço:	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHI DIURNO. AF_06/2014						
Unidade:	CHI						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
7051	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO ROLO COMPACTADOR	H	0,0000533	R\$	789.650,00	R\$	42,07
7052	JUROS ROLO COMPACTADOR	H	0,00001440	R\$	789.650,00	R\$	11,36
88303	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	28,19	R\$	28,19
				Total		R\$	81,62
				Custo Total		R\$	81,62
		Equipamento:	56,43	69,8650%			
		Material:	4,82	5,9676%			
		Mão de Obra:	19,52	24,1674%			
		Total Composição:	80,77	100,0000%			

Composição:	88303						
Serviço:	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4238	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	H	1	R\$	22,09	R\$	22,09
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1	R\$	2,41	R\$	2,41
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
37372	EXAMES - HORISTA	H	1	R\$	1,57	R\$	1,57
37373	SEGURO - HORISTA	H	1	R\$	0,11	R\$	0,11
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1	R\$	0,03	R\$	0,03
43488	EPI - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
95366	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1	R\$	0,18	R\$	0,18
				Total		R\$	28,19
				Custo Total		R\$	28,19
		Equipamento:	-	-			
		Material:	4,82	19,8028%			
		Mão de Obra:	19,52	80,1972%			
		Total Composição:	24,34	100,0000%			

Composição:	95366						
Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4238	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	H	0,0085	R\$	22,09	R\$	0,18
				Total		R\$	0,18
				Custo Total		R\$	0,18
		Equipamento:	-	-			
		Material:	-	-			
		Mão de Obra:	0,18	100,0000%			
		Total Composição:	0,18	100,0000%			

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha

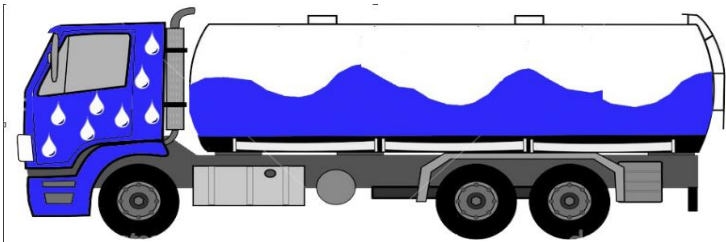
COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

CAMINHÃO PIPA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Item:	COMP.CP001				
Serviço:	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR				
Unidade:	DIÁRIA				

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
COMP.CP002	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR	H	8,00	R\$	249,48	R\$ 1.995,84
-	CUSTOS ADICIONAIS	DIÁRIA	0,0090909	R\$	4.511,10	R\$ 41,01



Equipamento:	630,30	32,3908%
Material:	1.102,90	56,6776%
Mão de Obra:	212,72	10,9316%
Total Composição:	1.945,92	100,0000%

Custo Total R\$ 2.036,85

Item:	COMP.CP002				
Serviço:	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR				
Unidade:	H (hora)				

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
5901	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF 06/2014	CHP	0,70		321,88	225,31
5903	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF 06/2014	CHI	0,30		80,58	24,17

Total 249,48

Custo Total 249,48

Equipamento:	78,78	32,3899%
Material:	137,86	56,6797%
Mão de Obra:	26,59	10,9320%
Total Composição:	243,23	100,0016%

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

CAMINHÃO PIPA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	5901						
Serviço:	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014						
Unidade:	CHP						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
5763	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	51,56	R\$	51,56
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM CAMINHÃO PIPA	H	32,16	R\$	5,90	R\$	189,73
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	35,62	R\$	35,62
91396	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	29,18	R\$	29,18
91397	JUROS CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	11,24	R\$	11,24
91398	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	4,54	R\$	4,54
					Total	R\$	321,88
					Custo Total	R\$	321,88
Equipamento:		93,83	29,7590%				
Material:		194,88	61,8078%				
Mão de Obra:		26,59	8,4332%				
Total Composição:		315,30	100,0000%				

Composição:	5903						
Serviço:	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014						
Unidade:	CHI						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	35,62	R\$	35,62
91396	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	29,18	R\$	29,18
91397	JUROS CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	11,24	R\$	11,24
91398	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1	R\$	4,54	R\$	4,54
					Total	R\$	80,58
					Custo Total	R\$	80,58
Equipamento:		43,67	58,1646%				
Material:		4,82	6,4198%				
Mão de Obra:		26,59	35,4156%				
Total Composição:		75,08	100,0000%				

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

CAMINHÃO PIPA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	88282						
Serviço:	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4093	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	1	R\$	29,55	R\$	29,55
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1	R\$	2,41	R\$	2,41
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
37372	EXAMES - HORISTA	H	1	R\$	1,57	R\$	1,57
37373	SEGURO - HORISTA	H	1	R\$	0,11	R\$	0,11
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1	R\$	0,03	R\$	0,03
43488	EPI - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
95347	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1	R\$	0,15	R\$	0,15
					Total	R\$	35,62
				Custo Total		R\$	35,62
Equipamento:		-	-				
Material:		4,82	15,3454%				
Mão de Obra:		26,59	84,6546%				
Total Composição:		31,41	100,0000%				

Composição:	95347						
Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4093	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	0,00586	R\$	29,55	R\$	0,15
					Total	R\$	0,15
					Custo Total	R\$	0,15
	Equipamento:	-	-				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	0,15	100,0000%				
	Total Composição:	0,15	100,0000%				

Composição:	5763						
Serviço:	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000689	R\$	85.950,00	R\$	5,92
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000643	R\$	703.660,91	R\$	45,24
					Total	R\$	51,56
					Custo Total	R\$	51,56
Equipamento:		51,56	100,0000%				
Material:		-	-				
Mão de Obra:		-	-				
Total Composição:		51,56	100,0000%				

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

CAMINHÃO PIPA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	91396						
Serviço:	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000551	R\$	85.950,00	R\$	4,73
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000343	R\$	703.660,91	R\$	24,14
					Total	R\$	29,18
					Custo Total	R\$	29,18
	Equipamento:	29,18	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	29,18	100,0000%				

Composição:	91397						
Serviço:	JUROS CAMINHÃO PIPA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000144	R\$	85.950,00	R\$	1,23
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000141	R\$	703.660,91	R\$	9,92
					Total	R\$	11,24
					Custo Total	R\$	11,24
	Equipamento:	11,24	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	11,24	100,0000%				

Composição:	91398						
Serviço:	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000058	R\$	85.950,00	R\$	0,49
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000057	R\$	703.660,91	R\$	4,01
					Total	R\$	4,54
					Custo Total	R\$	4,54
	Equipamento:	4,54	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	4,54	100,0000%				


Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha

Obs2: Nota técnica: O custo unitário do insumo 37736 (Tanque de aço carbono) encontra-se com o valor repetido na base SINAPI há meses consecutivos, sem nova coleta local. Essa estagnação do banco de dados pode gerar distorções e defasagem no cálculo do custo de depreciação/operação do equipamento perante a realidade de mercado.


COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS


Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	COMP.TP001											
Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOT											
Unidade:	Unid.											
Código	Descrição						Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
COMP.TP002	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA						TxKM	930	R\$	2,80	R\$ 2.604,00	
									Total	R\$	2.604,00	

Cálculo Quantidade TxKM:					Custo Total R\$	2.604,00
40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM					
11.632	Peso do Equipameneto (em TON)				Equipamento: R\$	837,65
931	Total TxKM				Material: R\$	1.445,69
					Mão de Obra: R\$	320,66
					Total Composição: R\$	2.604,00
					32,1678%	55,5180%
					12,3142%	100,0000%

Composição:	COMP.TP002															
Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON															
Unidade:	Unid.															
Código	Descrição										Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
COMP.TP003	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA										TxKM	1.840	R\$	2,80	R\$	5.152,00
														Total	R\$	5.152,00

Cálculo Quantidade TxKM:					Custo Total R\$	5.152,00
40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM					
23,0	Peso do Equipameneto (em TON)				Equipamento: R\$	1.657,29
1.840	Total TxKM				Material: R\$	2.860,29
				Mão de Obra: R\$	634,43	
				Total Composição: R\$	5.152,00	

Composição:	COMP.TP003												
Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON												
Unidade:	Unid.												
Código	Descrição						Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total		
COMP.TP999	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA						TxKM	1.064	R\$	2,80	R\$	2.979,20	
									Total	R\$	2.979,20		

Cálculo Quantidade TxKM:					Custo Total R\$		2.979,20
40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM						
13,3	Peso do Equipameneto (em TON)				Equipamento: R\$	958,34	32,1678%
1.064	Total TxKM				Material: R\$	1.653,99	55,5180%
					Mão de Obra: R\$	366,86	12,3142%
					Total Composição: R\$	2.979,20	100,0000%

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	COMP.TP999						
Serviço:	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA						
Unidade:	TxKM						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
100945	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	CHP	0,5	R\$	2,93	R\$	1,46
100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM)	CHP	0,5	R\$	2,33	R\$	1,14
Total						R\$	2,80
Custo Total							2,80
Equipamento:		0,90	32,1678%				
Material:		1,55	55,5180%				
Mão de Obra:		0,34	12,3142%				
Total Composição:		2,80	100,0000%				

Composição:	100945						
Serviço:	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020						
Unidade:	TxKM						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0132	R\$	221,66	R\$	2,93
Total						R\$	2,93
Custo Total						R\$	2,93
Equipamento:		0,94	32,1678%				
Material:		1,63	55,5180%				
Mão de Obra:		0,36	12,3142%				
Total Composição:		2,93	100,0000%				

Composição:	100947						
Serviço:	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM)						
Unidade:	TxKM						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,01053	R\$	221,66	R\$	2,33
Total						R\$	2,33
Custo Total						R\$	2,33
Equipamento:		0,75	32,1678%				
Material:		1,29	55,5180%				
Mão de Obra:		0,29	12,3142%				
Total Composição:		2,33	100,0000%				

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	5824						
Serviço:	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
5705	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA	H	1	R\$	38,33	R\$	38,33
53797	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	19,47	R\$	5,90	R\$	114,86
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1	R\$	35,62	R\$	35,62
89264	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA	H	1	R\$	21,09	R\$	21,09
89265	JUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA	H	1	R\$	8,37	R\$	8,37
89266	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA	H	1	R\$	3,38	R\$	3,38
					Total	R\$	221,66
					Custo Total	R\$	221,66
	Equipamento:	69,46	32,1678%				
	Material:	119,88	55,5180%				
	Mão de Obra:	26,59	12,3142%				
	Total Composição:	215,93	100,0000%				

Composição:	88282						
Serviço:	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
4093	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	1	R\$	29,55	R\$	29,55
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1	R\$	2,41	R\$	2,41
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
37372	EXAMES - HORISTA	H	1	R\$	1,57	R\$	1,57
37373	SEGURO - HORISTA	H	1	R\$	0,11	R\$	0,11
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1	R\$	0,03	R\$	0,03
43488	EPI - HORISTA	H	1	R\$	0,90	R\$	0,90
95347	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1	R\$	0,15	R\$	0,15
					Total	R\$	35,62
					Custo Total	R\$	35,62
	Equipamento:	-	-				
	Material:	4,82	15,3454%				
	Mão de Obra:	26,59	84,6546%				
	Total Composição:	31,41	100,0000%				

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	5705						
Serviço:	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,000069	R\$	35.369,23	R\$	2,44
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000643	R\$	558.320,36	R\$	35,89
					Total	R\$	38,33
					Custo Total	R\$	38,33
	Equipamento:	38,33	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	38,33	100,0000%				

Composição:	89264						
Serviço:	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000551	R\$	35.369,23	R\$	1,93
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000343	R\$	558.320,36	R\$	19,14
					Total	R\$	21,09
					Custo Total	R\$	21,09
	Equipamento:	21,09	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	21,09	100,0000%				

Composição:	89265						
Serviço:	JUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA						
Unidade:	H (hora)						
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total	
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000144	R\$	35.369,23	R\$	0,50
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000141	R\$	558.320,36	R\$	7,86
					Total	R\$	8,37
					Custo Total	R\$	8,37
	Equipamento:	8,37	100,0000%				
	Material:	-	-				
	Mão de Obra:	-	-				
	Total Composição:	8,37	100,0000%				

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

Composição:	89266					
Serviço:	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA					
Unidade:	H (hora)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário		Custo Total
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000058	R\$	35.369,23	R\$ 0,19
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000057	R\$	558.320,36	R\$ 3,18
					Total	R\$ 3,38
					Custo Total	R\$ 3,38
Equipamento:		3,38	100,0000%			
Material:		-	-			
Mão de Obra:		-	-			
Total Composição:		3,38	100,0000%			

Nome Arquivo: Planilha orcamentaria.pdf

Documento assinado de forma digital por MORONY MARTINS OLIVEIRA 10017491622

Certificado: **39529066***b92ced10**986ce*****573e1**

Data Validade: 12/08/2026

Data: 13/04/2026 10:01:56



ASSINATURA DIGITAL

472cfcec7523939a64d05cd927a6213e

Nome Arquivo: Planilha orcamentaria.pdf

Documento autenticado de forma digital por ARTHUR ROSA PUBLIO

Certificado: **1a6b2080***97a83a73**0c9e6*****ad45**

Data Validade Certificado: 21/07/2026

Data: 14/04/2026



ASSINATURA DIGITAL

c1f8a7fdf7f726e226a4ed0effa47a77

Nome Arquivo: 4. ESTIMATIVA DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 13:47:31

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 14:01:50



20261345723PA/PAG

ANEXO 04

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS – 784, 786, 788 e 789/2026

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023, e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES – ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

1 - OBJETO: Contratação de empresa para **prestação de serviço mensal de máquinas com operador** visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações – nº 11.806/2014, nº 12.736/2017 e Lei nº 14.405/2025), a fim de melhorar as pistas de rolamento e contribuir com a segurança hídrica da população uberlandense, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência.

2 - PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Data de consolidação do orçamento 10/03/2026 – Tabela SINAPI base: Jan/26, no mapa 28/04/2026.

3 - METODOLOGIA APLICADA: o valor de referência foi aferido por meio de:

☐ Média ☐ Mediana ☐ Menor Preço ☒ Outra: Preço estimado com base na planilha orçamentárias e outras, apresentado pela Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade- Gerência Ambiental.

O método acima foi escolhido pois está em conformidade com a análise feita no mapa de contratações públicas.

4 - ANÁLISE DA PESQUISA

Preço de Referência Unit. (em reais)

1	784	1012602	LOCACAO DE PA CARREGADEIRA C/OPERADOR - Locação de Pá Carregadeira com Operador. LOCAÇÃO DE 02 PÁS CARREGADEIRA SOBRE RODAS, COM OPERADORES, COM ANO DE FABRICAÇÃO MÁXIMO DE 15 ANOS. Com potência mínima de 120c para execução de trabalhos de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e a readequação de estradas para melhorar as pistas de rolamento. Em cumprimento a lei nº 10066/2008 alterada pelas leis nº 11806/2014, 17736/2017 e 14.405/2025.	R\$ 224,46 (duzentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos)
2		1012605	TRANSPORTE RODOVIARIO CARGA/MAQUINA PESADA ATE 50T - Transporte rodoviário - Carga pesada ou dimensões especiais até 50 toneladas. Transporte rodoviário - Carga pesada ou dimensões especiais até 50 toneladas. Prancha para transporte de máquina pá carregadeira peso bruto: 11632 toneladas.	R\$ 3.415,40 (três mil quatrocentos e quinze reais e quarenta centavos)
1	786	1012603	LOCACAO DE MOTONIVELADORA C/OPERADOR - Locação de Motoniveladora com Operador. Locação de Motoniveladora com Operador. Com potência mínima de 150c para execução de trabalhos de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e a readequação de estradas para melhorar as pistas de rolamento. Em cumprimento a lei nº 10066/2008 alterada pelas leis nº 11806/2014, 17736/2017 e 14.405/2025.	R\$ 334,82 (trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e dois centavos)
2		1012605	TRANSPORTE RODOVIARIO CARGA/MAQUINA PESADA ATE 50T - Transporte rodoviário - Carga pesada ou dimensões especiais até 50 toneladas. Transporte rodoviário - Carga pesada ou dimensões especiais até 50 toneladas. Prancha para transporte de máquina motoniveladora, peso bruto: 23 toneladas.	R\$ 6.757,36 (seis mil setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos)

1	788	1008656	LOCACAO DE VEICULOS LEVES/PESADOS C/ MOTORISTA - Prestação de Serviços de Locação de Veículos - Leves/Pesados com Motorista Prestação de Serviços de Locação de Veículos - Leves/Pesados com Motorista Caminhão pipa sendo (cada mês correspondente a 22 diárias ou 176 horas) para execução de trabalhos conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e a readequação de estradas para melhorar as pistas de rolamento. Em cumprimento a lei nº 10066/2014, 17736/2017, 14.405/2025.	R\$ 2.671,53 (dois mil seiscentos e setenta e um reais e cinquenta e três centavos)
1		1012605	TRANSPORTE RODOVIARIO CARGA/MAQUINA PESADA ATE 50T - Transporte rodoviário - Carga pesada ou dimensões especiais até 50 toneladas. Prancha para transporte de máquina rolo compactador, peso bruto 13,3 toneladas.	R\$ 3.907,51 (três mil novecentos e sete reais e cinquenta e um centavos)
2	789	1012604	LOCACAO DE ROLO COMPACTADOR C/ OPERADOR - Locação de Rolo Compactador com Operador. 01 LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR, COM OPERADOR, CILINDRO PÉ DE CARNEIRO, POTÊNCIA MÍNIMA 125 HP, PESO OPERACIONAL: 9.700 KG - 10.000 KG; FREQUÊNCIA / AMPLITUDE: ALTA: 1.800 VPM (30 HZ) / 1.75 MM / BAIXA 1.800 VPM (30 HZ) / 1.75 MM IMPACTO DINÂMICO TOTAL: ALTA: 25.600 KGF - 25.800 KGF / BAIXA 15.200 KGF - 15.400 KGF, VELOCIDADE: 0 - 8 KM KGF, TRAÇÃO: RODAS - RODAS E CILINDRO, COM ANO DE FABRICAÇÃO MÁXIMO DE 15 ANOS. Em cumprimento a lei nº 10066/2008 alterada pelas leis nº 11806/2014, 17736/2017 e 14.405/2025.	R\$ 1.943,33 (mil novecentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)

Nome Arquivo: 5. RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 13:47:31

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 14:01:50



20261345723PA/PAG

ANEXO 05

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 051/2026	Proposta de Preços “Menor Preço” - GLOBAL	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: https://www.gov.br/compras/pt-br	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço comum de engenharia de hora-máquina com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações), em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

Item	Qtde	Un	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1760	HORAS	Locação de 02 (duas) pás carregadeiras sobre rodas, com operadores devidamente treinados. Destinadas à execução de serviços de conservação de solo e readequação de estradas rurais, incluindo construção de terraços em nível, barraginhas/bacias de contenção de águas pluviais, escavação, movimentação, carregamento, espalhamento e conformação de solo, conformação de taludes, limpeza e desobstrução de trechos, apoio em drenagem e demais serviços correlatos, com potência líquida mínima de 128 HP ou superior. Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, na área de atuação do Programa Buriti do Dmae Uberlândia, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional.			

			Quantidade total: 1.760 horas-máquina, sendo 880 horas por equipamento			
02	20	DESLOCAMENTOS	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de pá carregadeira. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 20 deslocamentos</p>			
03	880	HORAS	<p>Locação de motoniveladora com operador devidamente treinado. Destinada à execução de serviços de readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo elevação de greide, nivelamento e regularização de pista, conformação de abaulamento/coroamento, abertura e limpeza de valetas laterais e dispositivos de drenagem, espalhamento e conformação de solo ou cascalho, acabamento final e demais serviços correlatos, com potência básica líquida mínima de 125 HP ou superior na primeira marcha, peso operacional compatível com a execução dos serviços e largura mínima da lâmina de 3,7 metros. O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança obrigatórios.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 6 (seis) horas.</p> <p>Quantidade total: 880 horas-máquina.</p>			
04	10	DESLOCAMENTOS	Prestação de serviço de transporte rodoviário de motoniveladora. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante,			

			<p>incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE. Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.</p>			
05	110	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	<p>Locação de rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido, com operador devidamente treinado. Destinado à execução de serviços de compactação de solo em readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo compactação de greide, leito, subleito, aterros, bordas de barraginhas, conformação e acabamento final de superfície e demais serviços correlatos, com potência mínima de 125 HP ou superior e peso operacional compatível com a execução de serviços de compactação pesada, ou equivalente tecnicamente. O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>	07		
06	10	DESLOCAMENTO	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de rolo compactador. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha, caminhão plataforma ou outro tecnicamente compatível e seguro, com</p>			

			capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE. Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante. Quantidade total estimada: 10 deslocamentos			
07	110	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	Locação de caminhão pipa com operador/motorista devidamente habilitado, categoria compatível com o veículo. Destinado à umidificação do solo para compactação, controle de poeira, abastecimento de água nas frentes de serviço e demais serviços correlatos, com capacidade mínima de 10.000 litros, tração 6x4, e potência mínima de 200 cv, incluindo tanque de aço para transporte de água, sistema de bomba para auto carregamento/sucção e sistema de aspersão com vazão tipo pavão/chuveiro ou equivalente tecnicamente. O veículo deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção e demais insumos. Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior			

Valor total: R\$ _____ (_____)

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DATA BASE - REGIÃO: SINAPI - Belo Horizonte/MG (MÊS: Janeiro /2026 NÃO DESONERADA)

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	BD I (%)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR	HORA	1.760				

2	COMP.MN00 1	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR	HORA	880					
3	COMP.RC00 1	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR	DIARI A	110					
4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR	DIARI A	110					
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA	Unid.	20					
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON	Unid.	10					
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON	Unid.	10					
								TOTAL	

Obs: Foi utilizado a fórmula truncar em duas casas decimais.

TOTAL CUSTOS (SEM BDI)

BDI

TOTAL PREÇOS (COM BDI)

Tabela SINAPI base: Jan/26

RESUMO MÃO DE OBRA + EQUIPAMENTO + MATERIAL

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MÃO DE OBRA		EQUIPAMENTO		MATERIAL		PREÇO TOTAL	
					%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR	HORA	1.760								
2	COMP.MN001	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA	HORA	880								

		LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR										
3	COMP.RC001	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR	DIARIA	110								
4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR	DIARIA	110								
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA	Unid.	20								
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON	Unid.	10								
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON	Unid.	10								
TOTAIS												

CUSTOS ADICIONAIS

1. SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA

Fonte: SINAPI Não Desonerado — Minas Gerais — Janeiro/2026

Nº	Descrição	Quantidade (horas/mês)	Valor Unitário (R\$/hora)	Total Mensal (R\$)	Nº de Meses	Total Global (R\$)
1	Serviços Técnicos de Engenharia (acompanhamento/fiscalização) Código SINAPI: 2706 (ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA))	32			5	
TOTAL ENGENHARIA						

2. RADIOCOMUNICADORES PORTÁTEIS — PESQUISA DE PREÇOS (Painel de Preços / Compras.gov.br)

Fonte: Pannel de Preços (ComprasNet) — CATMAT 288774 — Compras Públicas Federais

Quantidade contratada: 5 unidades (1 por equipamento/operador). Aquisição única**Descrição:** RÁDIO TRANSECTOR | TIPO: PORTÁTIL | POTÊNCIA: 5 W | QUANTIDADE CANAIS: 16 UN | FREQUÊNCIA MODULAÇÃO: VHF - 148 A 174 MHZ |**ACESSÓRIOS:** BATERIA COM CARREGADOR — CATMAT 288774.**Custo total rateado (Total 5 unid. ÷ 5 máquinas):****3. RESUMO CONSOLIDADO — CUSTOS ADICIONAIS**

	Componente				Custo Total (R\$)	Custo Total por máquina (dividido por 5) (R\$)
A	Serviços Técnicos de Engenharia (SINAPI Não Desonerado MG Jan/26)					
B	Radiocomunicadores Portáteis VHF — Valor Médio (Painel de Preços)					
TOTAL CUSTOS ADICIONAIS						

NOTAS, FONTES E PREMISSAS

1. O custo total por máquina deve ser somado ao custo unitário mensal na Planilha Orçamentária, formando o custo total geral de cada máquina.

		Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI base: Jan/26							
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO									
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (R\$)	DURAÇÃO					
				MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	
1	COMP.PC001	LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
2	COMP.MN001	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
3	COMP.RC001	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	

4	COMP.CP001	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
5	COMP.TP001	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
6	COMP.TP002	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
7	COMP.TP003	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON		20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	
				PERCENTUAL MENSAL:	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%
				VALORES MENSAL:					
				PERCENTUAL ACUMULADO:	20,00%	40,00%	60,00%	80,00%	100,00%
				VALORES ACUMULADO:					

COMPOSIÇÃO DO BDI

Fórmula para Integração do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas): Conforme Acordão 2.369/2011 e revisão 2622-37/13 (TC 036.076/2011-2)

¹ Itens Componentes do BDI:

² 1. Administração Central da Contratada (AC%)

2. Encargos Financeiros (EF%)

3. Taxa de Risco, Seguros e Garantia (RG%)

3.1 Taxa de Risco

3.2 Seguros e Garantias

4. Lucro (L%)

5. Impostos e Tributos (IT%)

5.1 PIS

5.2 Seguridade Social (COFINS)

5.3 CPMF

Percentuais Variáveis

5.4 CSLL

5.5 IRPJ

5.6 ISSQN

5.7 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RENDA BRUTA)

6. BDI sobre o Custo Total Direto da Obra

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

PÁ CARREGADEIRA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI
base: Jan/26

Item: COMP.PC001

Serviço:

LOCAÇÃO DE PÁ CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTÊNCIA LÍQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CAÇAMBA 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL 11632 KG, COM OPERADOR

Unidade: H (Hora)

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
5940	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	CHP	0,90		
5942	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG	CHI	0,10		
-	CUSTOS ADICIONAIS	HOR A	0,00113 64		

Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	5940
Serviço:	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG
Unidade:	CHP

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI 53857	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CARREGADEIRA	PÁ H	0,00007		
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	7,64		
88301	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1		
89128	DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO CARREGADEIRA	PÁ H	0,000056		
89129	JUROS CARREGADEIRA	PÁ H	0,0000148		
				Total	R\$

Custo Total R\$

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	5942
Serviço:	PA CARREGADEIRA SOBRE RODAS, POTENCIA LIQUIDA 128 HP, CAPACIDADE DA CACAMBA DE 1,7 A 2,8 M3, PESO OPERACIONAL MAXIMO DE 11632 KG
Unidade:	CHI

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI 88301	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1		
89128	DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO CARREGADEIRA	PÁ H	0,000056		
89129	JUROS CARREGADEIRA	PÁ H	0,0000148		
				Total	

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:

o: 88301
Serviço: OPERADOR DE PÁ
CARREGADEIRA COM
ENCARGOS
COMPLEMENTARES

Unidade: H (hora)

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
4248	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	H	1		
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1		
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1		
37372	EXAMES - HORISTA	H	1		
37373	SEGURO - HORISTA	H	1		
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1		
43488	EPI - HORISTA	H	1		
95364	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:

o: 95364
Serviço: CURSO DE CAPACITAÇÃO
PARA OPERADOR DE PÁ
CARREGADEIRA
(ENCARGOS
COMPLEMENTARES) -
HORISTA

Unidade: H (hora)

Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
4248	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	H	0,00857		

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR
nessa planilha

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

MOTONIVELADORA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI
base: Jan/26

Item:	COMP.MN001
Serviço:	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M, COM OPERADOR
Unidade:	H (Hora)

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
5932	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	CHP	0,90		
5934	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M	CHI	0,10		
-	CUSTOS ADICIONAIS	HOR A	0,00113 64		

Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	5932
Serviço:	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M
Unidade:	CHP

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
5779	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,0000643		
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	13,99		
88300	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS	H	1		
89228	COMPLEMENTARES DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,00004		
89229	JUROS MOTONIVELADORA	H	0,0000141		

Total

Custo Total

Equipamento:

Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	5934
Serviço:	MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP , PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M
Unidade:	CHI

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
88300	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1		
89228	DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO MOTONIVELADORA	H	0,00004		
89229	JUROS MOTONIVELADORA	H	0,0000141		
				Total	
				Custo Total	

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	88300
Serviço:	OPERADOR DE MOTONIVELADORA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES
Unidade:	H (hora)

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
4239	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	1		
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1		
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1		
37372	EXAMES - HORISTA	H	1		
37373	SEGURO - HORISTA	H	1		
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1		
43488	EPI - HORISTA	H	1		
95363	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1		
				Total	
				Custo Total	

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:	95363
-------------	-------

Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA				
Unidade:	H (hora)				
Código				Custo	
SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Unitário	Custo Total
4239	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	H	0,0085		

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha. A utilização da função TRUNCAR justifica-se para mitigar o efeito cumulativo de arredondamentos em itens de larga escala, prevenindo o sobrepreço em estrita observância ao princípio da economicidade defendido pelo TCU.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI
base: Jan/26

Item:	COMP.RC001				
Serviço:	LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M, COM OPERADOR				
Unidade:	DIÁRIA				
Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo	
COMP.RC0	ROLO COMPACTADOR PE			Unitário	Custo Total
02	DE CARNEIRO				
	VIBRATORIO, POTENCIA				
	125 HP, PESO				
	OPERACIONAL SEM/COM	H	8,00		
	LASTRO 11,95 / 13,30 T,				
	IMPACTO DINAMICO				
	38,5 / 22,5 T, LARGURA				
	DE TRABALHO 2,15 M				
-	CUSTOS ADICIONAIS	DÁRI	0,00909		
		A	09		
				Total	

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Item:	COMP.RC002				
Serviço:	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T,				

LARGURA DE TRABALHO 2,15 M					
Unidade: H (hora)					
Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
7049	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,70		
7050	ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,30		
				Total	
				Custo Total	
Equipamento:					
Material:					
Mão de Obra:					
Total Composição:					

Composição:					
Serviço: 7049 ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF_06/2014					
Unidade: CHP					
Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
7051	DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO COMPACTADOR	ROLO H	0,0000533		
7052	JUROS COMPACTADOR	ROLO H	0,00001440		
7053	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO COMPACTADOR	ROLO H	0,0000667		
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM	H	14,92		
88303	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1		
				Total	

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição

o: 7050
Serviço: ROLO COMPACTADOR PE
DE CARNEIRO
VIBRATORIO, POTENCIA
125 HP, PESO
OPERACIONAL
SEM/COM LASTRO 11,95
/ 13,30 T, IMPACTO
DINAMICO 38,5 / 22,5 T,
LARGURA DE TRABALHO
2,15 M - CHI DIURNO.
AF_06/2014

Unidade: CHI

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo	
SINAPI				Unitário	Custo Total
7051	DEPRECIACÃO EQUIPAMENTO COMPACTADOR	ROLO H	0,0000533		
7052	JUROS COMPACTADOR	ROLO H	0,0000144 0		
88303	OPERADOR DE COMPACTADOR ENCARGOS COMPLEMENTARES	ROLO COM H	1		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição

o: 88303
Serviço: OPERADOR DE ROLO
COMPACTADOR COM
ENCARGOS
COMPLEMENTARES

Unidade: H (hora)

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo	
SINAPI				Unitário	Custo Total
4238	OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	H	1		
37370	ALIMENTACAO HORISTA	H	1		
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1		
37372	EXAMES - HORISTA	H	1		
37373	SEGURO - HORISTA	H	1		
43464	FERRAMENTAS HORISTA	H	1		
43488	EPI - HORISTA	H	1		
95366	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição:

o: 95366
Serviço: CURSO DE CAPACITAÇÃO
- HORISTA

Unidade: H (hora)

Código

SINAPI

4238

Descrição
OPERADOR DE ROLO
COMPACTADOR

Unid

H

Qtde

0,0085

Custo

Unitário

Custo Total

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR
nessa planilha

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

CAMINHÃO PIPA

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela

SINAPI base: Jan/26

Item: COMP.CP001

Serviço:

LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR

Unidade: DIÁRIA

Código

COMP.CP

002

Descrição
LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L
6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG,
CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG,
DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA
200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO
PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM
OPERADOR

Unid

H

Qtde

8,00

Custo

Unitário

Custo Total

-

CUSTOS ADICIONAIS

DIÁR

IA

0,0090

909

Custo

Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Item: COMP.CP002

Serviço:	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA 10.000 L 6X4, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 200 CV MIN, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA, COM OPERADOR				
Unidade:	H (hora)				

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
5901	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,70		
5903	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014	CHI	0,30		

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composiç					
ão:	5901				
Serviço:	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014				
Unidade:	CHP				

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
5763	MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1		
4221	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM CAMINHÃO PIPA	H	32,16		
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1		
91396	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1		
91397	JUROS CAMINHÃO PIPA	H	1		
91398	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1		

Total

Custo
Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composiç					
ão:	5903				

Serviço:	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014				
Unidade:	CHI				

Código					Custo	
SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Unitário	Custo Total	
88282	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	1			
91396	DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1			
91397	JUROS CAMINHÃO PIPA	H	1			
91398	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA	H	1			
				Total		
				Custo Total		
Equipamento:						
Material:						
Mão de Obra:						
Total Composição:						

Composiç					
ão:	88282				
Serviço:	MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES				
Unidade:	H (hora)				

Código					Custo	
SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Unitário	Custo Total	
4093	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	1			
37370	ALIMENTACAO - HORISTA	H	1			
37371	TRANSPORTE - HORISTA	H	1			
37372	EXAMES - HORISTA	H	1			
37373	SEGURO - HORISTA	H	1			
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1			
43488	EPI - HORISTA	H	1			
95347	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1			
				Total		
				Custo Total		
Equipamento:						
Material:						
Mão de Obra:						
Total Composição:						

Composiç					
ão:	95347				
Serviço:	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA				
Unidade:	H (hora)				

Código					Custo	
SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Unitário	Custo Total	
4093	MOTORISTA DE CAMINHAO	H	0,00586			
				Total		

Custo
TotalEquipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composiç

ão:

5763

Serviço:

MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO
CAMINHÃO PIPA

Unidade:

H (hora)

Código

SINAPI

Descrição

Unid

Qtde

Custo

Unitário

Custo Total

37736

TANQUE DE ACO CARBONO NAO
REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA
COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM
BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE
FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H
(INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI
CAMINHAO)

H

0,000068
9

37758

CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO
TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA
15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80
M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E
CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)

H

0,000064
3

Total

Custo
TotalEquipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composiç

ão:

91396

Serviço:

DEPRECIÇÃO EQUIPAMENTO
CAMINHÃO PIPA

Unidade:

H (hora)

Código

SINAPI

Descrição

Unid

Qtde

Custo

Unitário

Custo Total

37736

TANQUE DE ACO CARBONO NAO
REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA
COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM
BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE
FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H
(INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI
CAMINHAO)

H

0,000055
1

37758

CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO
TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA
15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80
M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E
CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)

H

0,000034
3

Total

Custo
TotalEquipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composiç

ão:

91397

Serviço:

JUROS CAMINHÃO PIPA

Unidade: H (hora)					
Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORÇA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,000014 4		
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,000014 1		

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 91398 Serviço: IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO PIPA					
Unidade: H (hora)					
Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
37736	TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORÇA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,000005 8		
37758	CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,000005 7		
				Total	
				Custo Total	

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Obs: Foi utilizado a função TRUNCAR nessa planilha

Obs2: Nota técnica: O custo unitário do insumo 37736 (Tanque de aço carbono) encontra-se com o valor repetido na base SINAPI há meses consecutivos, sem nova coleta local. Essa estagnação do banco de dados pode gerar distorções e defasagem no cálculo do custo de depreciação/operação do equipamento perante a realidade de mercado.

COMPOSIÇÃO DE CUSTO UNITÁRIO

TRANSPORTE DE MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS

Data da consolidação do orçamento 10/03/2026 - Tabela SINAPI
base: Jan/26

Composição:	
o:	COMP.TP001

Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - PÁ CARREGADEIRA - PBT=11,632 TON, COM MOTORISTA				
Unidade:	Unid.				

Código	Descrição	Unid	Qtd e	Custo Unitário	Custo Total
COMP.TP0 02	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/N ÃO PAVIMENTADA	TxKM	930		

Total

Cálculo Quantidade TxKM:

Custo Total

40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM	
11,632	Peso do Equipameneto (em TON)	Equipamento:
931	Total TxKM	Material: Mão de Obra: Total Composição:

Composição:	COMP.TP002
Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA - PBT=23 TON
Unidade:	Unid.

Código	Descrição	Unid	Qtd e	Custo Unitário	Custo Total
COMP.TP0 03	TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/N ÃO PAVIMENTADA	TxKM	1.84 0		

Total

Cálculo Quantidade TxKM:

Custo Total

40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM	
23,0	Peso do Equipameneto (em TON)	Equipamento:
1.840	Total TxKM	Material: Mão de Obra: Total Composição:

Composição:	COMP.TP003
Serviço:	TRANSPORTE DE MÁQUINA - ROLO COMPACTADOR PBT 13,3 TON
Unidade:	Unid.

Código	Descrição	Unid	Qtd e	Custo Unitário	Custo Total
--------	-----------	------	----------	----------------	-------------

COMP.TP9	TRANSPORTE		
99	EQUIPAMENTOS		
	COM CAMINHAO		
	- EM RODOVIA	TxKM	1.06
	PAVIMENTADA/N		4
	ÃO		
	PAVIMENTADA		

Cálculo Quantidade TxKM:

Custo Total

40	DMT Adotado (Conforme Termo de Referência) - em KM	
13,3	Peso do Equipameneto (em TON)	Equipamento:
1.064	Total TxKM	Material: Mão de Obra: Total Composição:

Composição: COMP.TP999

Serviço: TRANSPORTE EQUIPAMENTOS COM CAMINHAO - EM RODOVIA PAVIMENTADA/NÃO PAVIMENTADA

Unidade: TxKM

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
100945	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020	CHP	0,5		
100947	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM)	CHP	0,5		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 100945

Serviço: TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA EM LEITO NATURAL (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020

Unidade: TxKM

Código	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
SINAPI					
5824	CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG, DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	0,0132		

Total

Custo Total

Equipamento:

Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 100947
Serviço:

TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA 9T, EM VIA URBANA
PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: TXKM)

Unidade: TxKM

Código

SINAPI

5824

Descrição
CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG,
DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE
CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE
CARGA SECA, DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO.
AF_06/2014

Unid

Qtde

Custo Unitário

Custo Total

CHP

0,01053

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 5824
Serviço:

CAMINHÃO TOCO, PBT 16.000 KG, CARGA ÚTIL MÁX. 10.685 KG,
DIST. ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 189 CV, INCLUSIVE CARROCERIA
FIXA ABERTA DE MADEIRA P/ TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA,
DIMEN. APROX. 2,5 X 7,00 X 0,50 M - CHP DIURNO. AF_06/2014

Unidade: H (hora)

Código SINAPI

5705

Descrição
MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

Unid

Qtde

Custo Unitário

Custo Total

H

1

53797

OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM

H

19,47

88282

MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

H

1

89264

DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

H

1

89265

JUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

H

1

89266

IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

H

1

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 88282
Serviço:

MOTORISTA DE CAMINHÃO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES

Unidade: H (hora)

Código SINAPI

4093

Descrição
MOTORISTA DE CAMINHÃO

Unid

Qtde

Custo Unitário

Custo Total

H

1

37370

ALIMENTACAO - HORISTA

H

1

37371

TRANSPORTE - HORISTA

H

1

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026

37372	EXAMES - HORISTA	H	1
37373	SEGURO - HORISTA	H	1
43464	FERRAMENTAS - HORISTA	H	1
43488	EPI - HORISTA	H	1
95347	CURSO DE CAPACITAÇÃO - HORISTA	H	1

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Total Composição: 31,41 100,0000%

Composição: 5705

Serviço: MANUTENÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

Unidade: H (hora)

Código

SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,000069		
37752	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000643		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 89264

Serviço: DEPRECIAÇÃO EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA

Unidade: H (hora)

Código

SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000551		
37752	CAMINHÃO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000343		

Total

Custo Total

Equipamento:
Material:
Mão de Obra:
Total Composição:

Composição: 89265

Serviço:	JUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA				
Unidade:	H (hora)				
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000144		
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000141		
				Total	
				Custo Total	
Equipamento:					
Material:					
Mão de Obra:					
Total Composição:					

Composição:	89266				
Serviço:	IMPOSTOS E SEGUROS EQUIPAMENTO CAMINHÃO CARROCERIA				
Unidade:	H (hora)				
Código SINAPI	Descrição	Unid	Qtde	Custo Unitário	Custo Total
37731	CARROCERIA FIXA ABERTA DE MADEIRA PARA TRANSPORTE GERAL DE CARGA SECA DIMENSOES APROXIMADAS 2,5 X 7,00 X 0,50 M (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO)	H	0,0000058		
37752	CAMINHAO TOCO, PESO BRUTO TOTAL 16000 KG, CARGA UTIL MAXIMA DE 11030 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 5,41 M, POTENCIA 185 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA)	H	0,0000057		
				Total	
				Custo Total	
Equipamento:					
Material:					
Mão de Obra:					
Total Composição:					

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:

- 1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.
- 3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;
- 4 – Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;

5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;

6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;

7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;

8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos **arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018** às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

Nome Arquivo: 6. MODELO DE PROPOSTA.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 13:47:31

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 14:01:50



20261345723PA/PAG

ANEXO 06**MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA-MÁQUINA COM
OPERADOR QUE ENTRE SI CELEBRAM O
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2026****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº****CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO**

1.1 - CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor-Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pela **Diretora de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Maria do Rosário dos Reis** (no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria nº 243 publicada no DOM nº 6583 de 1º de abril de 2023), ambos brasileiros, residentes e domiciliados nesta cidade.

1.2 – CONTRATADO:

1.3 – FUNDAMENTO: A presente contratação decorre da Licitação Pregão Eletrônico nº 051/2026, homologada em __/__/__, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS

2.1 – OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviço comum de engenharia de hora-máquina com operador visando o trabalho de conservação de solo (terraceamento, barraginhas de contenção de água pluvial) e de readequação de estradas (da porteira para dentro da propriedade) nas áreas de atuação do Programa Buriti (Lei Municipal nº 10.066/2008 e suas alterações), em atendimento à Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

2.2 - Objeto da contratação:

Item	Qtde	Un	Descrição Item	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	1760	HORAS	Locação de 02 (duas) pás carregadeiras sobre rodas, com operadores devidamente treinados. Destinadas à execução de serviços de conservação de solo e readequação de estradas rurais, incluindo construção de terraços em nível, barraginhas/bacias de contenção de águas pluviais, escavação, movimentação, carregamento, espalhamento e conformação			

			<p>de solo, conformação de taludes, limpeza e desobstrução de trechos, apoio em drenagem e demais serviços correlatos, com potência líquida mínima de 128 HP ou superior. Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, na área de atuação do Programa Buriti do Dmae Uberlândia, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional.</p> <p>Quantidade total: 1.760 horas-máquina, sendo 880 horas por equipamento</p>			
02	20	DESLOCAMENTOS	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de pá carregadeira. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 20 deslocamentos</p>			
03	880	HORAS	<p>Locação de motoniveladora com operador devidamente treinado. Destinada à execução de serviços de readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo elevação de greide, nivelamento e regularização de pista, conformação de abaulamento/coroamento, abertura e limpeza de valetas laterais e dispositivos de drenagem, espalhamento e conformação de solo ou cascalho, acabamento final e demais serviços</p>			

			<p>correlatos, com potência básica líquida mínima de 125 HP ou superior na primeira marcha, peso operacional compatível com a execução dos serviços e largura mínima da lâmina de 3,7 metros. O equipamento deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança obrigatórios.</p> <p>A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento no prazo máximo de 6 (seis) horas.</p> <p>Quantidade total: 880 horas-máquina.</p>			
04	10	DESLOCAMENTOS	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de motoniveladora. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha baixa, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE. Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos.</p>			
05	110	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	<p>Locação de rolo compactador pé de carneiro vibratório autopropelido, com operador devidamente treinado. Destinado à execução de serviços de compactação de solo em readequação, manutenção e conservação de estradas rurais, incluindo compactação de greide, leito, subleito, aterros, bordas de barraginhas, conformação e acabamento final de superfície e demais serviços correlatos, com potência mínima de 125 HP ou superior e peso operacional compatível com a execução de serviços de compactação pesada, ou equivalente tecnicamente. O equipamento</p>			

			<p>deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção preventiva e corretiva, lubrificantes e demais insumos necessários à execução. Os serviços serão executados em propriedades rurais do município de Uberlândia/MG, em distância de até 70 km do perímetro urbano. Em caso de defeito, a contratada deverá substituir o equipamento por outro equivalente no prazo máximo de 6 (seis) horas, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior.</p>			
06	10	DESLOCAMENTO	<p>Prestação de serviço de transporte rodoviário de rolo compactador. Para mobilização e desmobilização do equipamento entre as frentes de serviço e/ou pátio da contratada/contratante, incluindo carregamento, descarga, amarração, desamarração, motorista devidamente habilitado, combustível, pedágios, seguros, licenças e demais custos operacionais necessários, em veículo tipo prancha, caminhão plataforma ou outro tecnicamente compatível e seguro, com capacidade técnica e estrutural suficiente para o transporte seguro do equipamento, atendendo integralmente às normas de trânsito e segurança vigentes. O descarregamento deverá ocorrer no ponto mais próximo possível da frente de serviço, em local tecnicamente acessível e seguro ao veículo transportador, conforme indicado pela fiscalização do DMAE.</p> <p>Eventual deslocamento do equipamento por meios próprios, do ponto de descarga até o local efetivo de execução, bem como seu retorno até o ponto de embarque, será de inteira responsabilidade da contratada, sem ônus adicional para a Contratante.</p> <p>Quantidade total estimada: 10 deslocamentos</p>			
07	110	DIÁRIA (01 diária = 08 horas)	<p>Locação de caminhão pipa com operador/motorista devidamente habilitado, categoria compatível com o veículo. Destinado à umidificação do solo para compactação, controle de poeira, abastecimento de água nas frentes de serviço e demais serviços correlatos, com capacidade mínima de 10.000 litros, tração 6x4, e potência mínima de 200 cv, incluindo tanque de aço para transporte de água, sistema de bomba para auto carregamento/sucção e sistema de</p>			

			aspersão com vazão tipo pavão/chuveiro ou equivalente tecnicamente. O veículo deverá estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com ano de fabricação máximo de 10 (dez) anos, documentação regular e dispositivos de segurança. A contratação inclui todos os custos com operador, combustível, manutenção e demais insumos. Quantidade total: 110 diárias (1 diária = 8 horas), com pagamento proporcional em caso de utilização inferior			
--	--	--	---	--	--	--

2.2.1 - Planilhas Orçamentárias, Composição de Custos, Cronograma Físico-Financeiro, BDI e demais planilhas conforme proposta da contratada, anexa a este contrato.

2.3 - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 - Termo de referência das Requisições nº 784, 786, 788 e 789/2026;

2.3.2 - O Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2026;

2.3.3 - A Proposta da contratada;

2.3.4 - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.4 - Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2.5 - O valor total/global estimado da contratação de R\$ (...).

2.6 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.7 - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1 - O prazo de vigência da contratação é da data de assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2026, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.1.1 - O gestor de contratos deverá atestar a vantagem da manutenção do contrato a cada exercício financeiro.

3.2 - A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

3.2.1 - A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, condições de entrega, os modelos de gestão e fiscalização do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 - O prazo para pagamento e demais condições referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

6.2 – Poderá haver retenção na fonte do Imposto de Renda - IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal.

6.3 – As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da consolidação do orçamento estimado, qual seja, em **10/03/2026**.

7.2 - Os preços iniciais serão reajustados, mediante critérios estabelecidos no Termo de Referência, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 - Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ocorrerá a modificação da data-base definida na cláusula 7.1 deste instrumento, passando a mesma a coincidir com a data da revisão do preço, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

7.4 - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento definido no Termo de Referência, caso solicitado pelo contratado, poderá o contratante pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 - O reajuste será realizado, em regra, por apostilamento.

7.9 - A decisão sobre o pedido de reajustamento deve ser proferida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da data da solicitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 - São obrigações do Contratante:

8.1.1 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 - Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 - Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto executado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 - Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

8.1.6 - Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 - Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 - Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 - Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.9.1 - Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

8.1.10 - Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 - O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1 - Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

9.1.1.1 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

9.1.2 - Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3 - Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.1.4 - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6 - Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente

do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.7 - Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

9.1.7.1 - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 - Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 - Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

9.1.9.1 - Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

9.1.10 - Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.11 - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

9.1.11.1 - Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021);

9.1.12 - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

9.1.13 - Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.1.14 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.15 - Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

9.1.16 - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 - A contratação conta com garantia de execução, nos moldes definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

10.2 - No caso de seguro garantia, a apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.1 - Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.4 deste contrato.

10.3 - Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.4 - Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.5.1 - prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.5.2 - multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

10.5.3 - obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.6 - A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.5, observada a legislação que rege a matéria.

10.7 - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, por meio da aplicação da(s) taxas positivas (ou negativas) de variação mensal acumulada(s) do INPC/IBGE, ou fração da mesma, considerando que a taxa do mês anterior corrige preços para o mês seguinte

10.8 - Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.9 - No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11 - No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12 - O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.12.1 - O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

10.12.2 - Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.13 - Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.14 - O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

10.15 - O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.16 - Além da garantia de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, quando estabelecidas no Termo de Referência, deve ser mantida a garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo manutenção e assistência técnica.

10.16.1 - A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, de qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente à licitações e contratações públicas.

11.2 - Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto nº 20.154, de 2023.

11.3 - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

11.4 - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 137 do Decreto nº 20.154, de 2023, caso não tenham sido estabelecidas outras hipóteses de multa no Termo de Referência.

11.5 - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

11.5.1 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente nos termos da legislação municipal pertinente.

11.6 - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação do Contratado de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

11.7 - As sanções aplicadas serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ou outro que vier a substituí-los, nos termos do artigo 161 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

11.8 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 - O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 - O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2 - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 - Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 - O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 - Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 - Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 - De indenizações e multas.

12.4 - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na seguinte dotação orçamentária: **17.01.17.512.0018.4.049.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Diretoria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.**

13.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS

14.1 - A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.2 - A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando à segurança, à proteção, à confidencialidade e ao sigilo de toda informação, dados pessoais e ou base de dados a que se tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidente, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3 - A Contratada deve assegurar-se de que seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços, que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e ou conhecimento da informação e ou dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4 - A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.5 - A Contratada não poderá disponibilizar e ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto neste instrumento contratual.

14.6 - A Contratada deverá notificar, imediatamente, o Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e ou base de dados.

14.7 - A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e ou sanções que possam incidir em razão das hipóteses descritas no subitem anterior.

14.8 - A Contratada que descumprir os termos da Lei Federal nº 13.709/2018, durante ou após a execução do objeto deste Contrato, fica obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.9 - O dever de proteção, sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula/item permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e o Contratante, bem como entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados e consultores, veículos e ou prestadores de serviços.

14.10 - O não cumprimento de qualquer das obrigações descritas nesta cláusula/item sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações administrativas, cíveis e penais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO

15.1 - Cláusula Anticorrupção: A Contratada declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, em especial a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, tanto por si quanto por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

15.2 - As partes do contrato comprometem-se a manter uma conduta ética, honesta e transparente durante toda vigência do contrato.

15.3 - A Contratada assume as seguintes obrigações:

a) Não oferecer ou prometer vantagens indevidas a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas, com o intuito de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

c) Não empregar trabalho escravo ou infantil, salvo nos casos legalmente admitidos;

d) Participar de treinamentos oferecidos pela Contratante relacionados à lei anticorrupção ou políticas internas de integridade.

15.4 - A Contratada tem a obrigação de comunicar imediatamente à Contratante, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 - Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

17.2 - O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3 - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 - Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA

19.1 - As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020, fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

19.2 - E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO

20.1 - Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Uberlândia, na data da assinatura eletrônica.

Nome Arquivo: 7. MINUTA DE CONTRATO.pdf

Documento assinado de forma digital por MARIA DO ROSARIO DOS REIS

Certificado: **IBljANBg***ywMH9ObL**LKlYr*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 13:47:31

Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda

Certificado: **IBljANBg***vAxhEfr1**15B/J*****DAQAB**

Data: 04/05/2026 14:01:50



20261345723PA/PAG

Vistado de forma eletrônica por:

MORONY MARTINS OLIVEIRA - ENGENHEIRO AGRONOMO
DMAE-DEP. MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
MAT.3172-0
Data: 04/05/2026 13:41:47



20261345723PA/PAG